



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

EDIVÂNIA LUIZ DE ALMEIDA

**UMA ANÁLISE SOCIOINTERACIONISTA DO GÊNERO MEMORANDO: USO,
FUNÇÃO E REGULARIDADE**

João Pessoa
2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

EDIVÂNIA LUIZ DE ALMEIDA

**UMA ANÁLISE SOCIOINTERACIONISTA DO GÊNERO MEMORANDO: USO,
FUNÇÃO E REGULARIDADE**

João Pessoa
2011

EDIVÂNIA LUIZ DE ALMEIDA

**UMA ANÁLISE SOCIOINTERACIONISTA DO GÊNERO MEMORANDO: USO,
FUNÇÃO E REGULARIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, área de concentração *Linguística e Ensino* e linha de pesquisa *Linguística Aplicada*, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Regina Celi Mendes Pereira

João Pessoa
2011

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B273a Barreto, Edivania Luiz de Almeida.

Uma análise sociointeracionista do gênero memorando :
uso, função e regularidade / Edivania Luiz de Almeida
Barreto. - João Pessoa, 2021.
104 f. : il.

Orientação: Regina Celi Mendes Pereira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Linguística. 2. Linguagem. 3. Interacionismo
sociodiscursivo (ISD). 4. Correspondência oficial -
Texto - Subjetividade. 5. Memorando - Mecanismos
enunciativos. I. Pereira, Regina Celi Mendes. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 81(043)

EDIVÂNIA LUIZ DE ALMEIDA

**UMA ANÁLISE SOCIOINTERACIONISTA DO GÊNERO MEMORANDO: USO,
FUNÇÃO E REGULARIDADE**

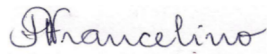
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 22/03/2011

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Regina Celi Mendes Pereira (PROLING/UFPB)
Orientadora



Professor Dr. Pedro Farias Francelino (PROLING/UFPB)
Examinador

Professora Drª. Joseli Maria da Silva (IFPB)
Examinadora

*“[...] a fé é a certeza de coisas que se esperam,
a convicção de fatos que se não veem.” (Hebreus 11.1)*

*“Mas os que esperam no Senhor renovam suas forças,
sobem com asas como águia, correm e não se cansam,
caminham e não se fatigam” (Isaias 40-31)*

Aos meus pais, primeiros incentivadores
em tudo o que faço na minha vida e que sempre acreditaram em mim.
Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, pelo amor em família.
Agradeço pela confiança, paciência e carinho de vocês.

AGRADECIMENTOS

*“Daqui a cinco anos você estará
bem próximo de ser a mesma pessoa que é hoje,
exceto por duas coisas:
os livros que ler e as pessoas de quem se aproximar”.*
(Charles Jones)

Agradeço a Deus, força maior presente em minha vida. Sem Ele eu não teria tido a firmeza nos passos, a leveza na alma e a determinação no coração para concluir este trabalho. A Ele toda honra, glória e adoração.

A minha orientadora Prof^a. Regina Celi, pessoa presente, compreensiva e admirável em todo o percurso da elaboração deste trabalho. Sem sua força e encorajamento, este trabalho não teria sido concluído. Obrigada por tudo, *teacher*!

A Nilsara, Rosiane Marinho, Mara Oliveira, Prof. Luiz Renato, Ana Lompa, Bete Barros, Amanda D’Amorim, Danielle Fernandes, Cláudia Caminha, Mariana Perez, pessoas amigas e queridas que trabalharam e/ou ainda trabalham comigo na UFPB. Jamais esquecerei a importância de cada um de vocês na seleção do mestrado que todos presenciaram e em cuja vitória todos me incentivaram a continuar acreditando.

A Sandra Carvalho, Eliana Cosete e Wandecleide Lucena, amigas-irmãs que demonstraram companheirismo em todas as áreas da minha vida, fosse nos momentos de êxito ou de dificuldades.

Obrigada aos colegas do mestrado período 2009.1: Márcia Ozinete, Marcos, Carol, Claudiane, Ângela, Irisdene, Marcinha, Jordão, Louis, Webert, Cleriston. Ajudamo-nos bastante durante todo o mestrado com companheirismo, incentivos e laço de amizade.

A Mônica Câmara, Francielho, David, Valberto e Helder que me fizeram rir e foram atenciosos em ouvirem meus desabafos sobre o árduo ato de escrever este trabalho.

Aos meus anjos que foram caridosos em ajudar-me na elaboração do pré-projeto da seleção do mestrado, Clécida e Evandro. Orientaram-me com paciência e foram meus maiores torcedores na seleção do mestrado.

A Poliana Leitão, minha querida ajudadora nas leituras dos meus textos acadêmicos. Sempre disponível para socorrer-me.

Aos professores Dr. Pedro Francelino e Dr^a. Joseli Maria da Silva por terem aceitado o convite para comporem minha banca examinadora.

Aos professores Dr. Pedro Francelino e Dr^a. Maria Del Pilar Roca pelas orientações no Exame de Qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística-PROLING, em especial ao Ronil, secretário, por seu carisma e esmero em nos atender.

RESUMO

Este trabalho está pautado nos estudos mais recentes sobre a linguagem, na perspectiva sociointeracionista de Bakhtin (1979) e Jean Paul Bronckart (1999). Para o segundo autor, a atividade e a ação de linguagem são fundamentais no quadro epistemológico do interacionismo sociodiscursivo (ISD). A fundamentação teórica do nosso estudo baseia-se na proposta do ISD, segundo a qual as atividades de linguagem têm caráter nas ações humanas. Assim, as atividades e as produções de linguagem que ocorrem em determinada construção social conduzem à conscientização, à aprendizagem e, portanto, ao desenvolvimento humano (MACHADO, 2000). Diante da realidade da escrita dos textos encontrados nos memorandos que circulam na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), propusemo-nos nessa pesquisa analisar esse gênero em circulação nos Departamentos, Centros e Reitoria UFPB. A nossa proposta foi de observar a presença da subjetividade nos textos buscando verificar, segundo a proposta do folhado textual de Bronckart (1999), focando nossa análise, principalmente, nos mecanismos enunciativos, os posicionamentos e vozes nos textos. A conclusão de nossa análise foi de que a presença de elementos linguísticos nesse gênero pertencente à correspondência oficial apresenta marcas significativas de subjetividade, ainda que se preze pela anulação desses indícios de subjetivação próprios da esfera discursiva onde circula o memorando.

Palavras-chave: ISD, subjetividade, mecanismos enunciativos, memorando

ABSTRACT

This piece of research is based on the most recent studies about language, following the social interactionist perspective of Bakhtin (1979) and Jean Paul Bronckart (1999). According to the second author, language activity and language action are fundamental to the epistemological frame of socio-discursive interactionism (SDI). The theoretical framework of our study is based on the SDI proposal according to which language activities play an essential role in human actions. Thus, the language activities and productions that occur in a particular social construction lead to awareness, learning, and therefore to human development (Machado, 2000). Considering the texts found in the memos that circulate within the Federal University of Paraíba (UFPB), in this documental and interpretative research, we have examined this textual genre, which circulate among the Departments, Centres and Main Administration Building of UFPB. Our aim was to observe the presence of subjectivity in the texts in order to understand, as proposed by Bronckart's textual layering (Bronckart, 1999), positions and voices in the texts, focusing mainly on the enunciation mechanisms. The conclusion of our analysis was that the presence of linguistic elements in this official correspondence genre presents significant marks of subjectivity, even though the nullification of these subjectivity signs, which belong to the discursive sphere where the memorandum circulates, is appreciated.

Keywords: SDI, subjectivity, enunciation mechanisms, memorandum

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	49
-----------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	51
Tabela 02	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a. C – Antes de Cristo;

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas;

CCS - Centro de Ciências da Saúde;

CCA – Centro de Ciências Agrárias;

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

DLCV - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas;

GR - Gabinete do Reitor;

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior;

MEMO – Memorando;

UFPB - Universidade Federal da Paraíba;

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
1. AÇÃO DE LINGUAGEM, LETRAMENTO E GÊNERO TEXTUAL	17
1.1 O fenômeno social da linguagem	17
1.2 Prática social e saberes linguísticos necessários para o letramento	22
1.2.1 Para entender a prática de letramento do profissional de secretariado	24
1.2.2 Letramento e as relações estabelecidas com o profissional de secretariado	27
1.3 Alguns aspectos relevantes sobre o conceito de gênero textual	30
1.3.1 Memorando: conceito e algumas características sobre o gênero.....	34
2. MARCO TEÓRICO: TRILHANDO OS CAMINHOS DO ISD	38
2.1 Os princípios e conceitos básicos da teoria do ISD	38
2.2 Os parâmetros de produção e análise dos textos na perspectiva do ISD	44
3. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	52
3.1 A natureza da pesquisa	52
3.2 O contexto de produção	55
3.3 O agir comunicativo	58
3.4 O plano discursivo	61
3.2 As implicações entre o uso das modalizações presentes nos memorandos e as marcas de subjetividades	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

A comunicação escrita, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), é, sem dúvida, um dos meios de comunicação mais utilizados internamente entre os Departamentos, Coordenações, Centros de Ensino e Reitoria. Em algumas IFES, as comunicações são feitas por meio do gênero textual “memorando”, obedecendo-se a uma estrutura formal da Instituição.

A produção e circulação do memorando nas IFES sinalizam a necessidade de uma análise de seu uso, conhecimento e familiaridade com o gênero, por parte do agente produtor, tendo em vista que a falta desses processos interferem na competência escrita desse gênero.

Com base no conceito de gênero adotado pelo Círculo de Bakhtin (Volochínov) e no referencial teórico-metodológico desenvolvido por Bronckart (1999), esta pesquisa propõe-se a analisar o gênero textual memorando, investigando as particularidades do gênero memorando que circula numa IFES, mais precisamente, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, segundo o modelo de análise de textos apresentado por Jean Paul Bronckart (1999 e 2006), que define a atividade e a ação de linguagem como fundamentais no quadro epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD)¹.

É nesse modelo de análise do ISD que buscaremos verificar se o processo de produção do memorando, por seus usuários, segue um padrão em sua estrutura e como esse gênero sofre influência de seus agentes produtores na sua elaboração. Para tanto, partiremos da observação dos elementos linguísticos-discursivos presentes (vozes e modalizações) e as marcas de subjetividade no texto.

O interesse em analisar o gênero textual memorando que circula em uma IFES, a partir de sua estrutura e seus efeitos de sentido, deve-se a nossa preocupação em contribuir com a redação técnica, também conhecida como redação oficial, e para que haja uma reflexão, por parte dos autores desse tipo de texto (e entendimento) quanto os aspectos enunciativos, ideológicos, argumentativos, pragmáticos e, sócio discursivos possivelmente presentes nesse gênero.

¹ A sigla ISD será utilizada em outros momentos.

É com base no compromisso de uma escrita consciente, clara e objetiva pelos agentes produtores² desses documentos, mais precisamente do gênero memorando, que, em algumas circunstâncias, é bastante confundido com o gênero ofício, que propomos essa pesquisa, uma vez que esses agentes carecem do entendimento do uso, função e características particulares que têm os gêneros da redação oficial.

No contexto de produção dos gêneros da redação oficial, as pesquisas ainda não são muitas, mas apresentam contribuições favoráveis aos que buscam conhecer mais sobre o assunto. Reconhecemos que esse assunto tem sido discutido em algumas esferas acadêmicas e, mais precisamente, no que se refere à questão escrita dos textos técnicos, mesmo assim, ainda há muito a ser pesquisado sobre esse tema, principalmente sobre como se dá o processo de elaboração dos gêneros nos ambientes organizacionais e institucionais.

O ensino de redação oficial em cursos técnicos profissionalizantes prepara os profissionais para a elaboração de documentos orientados para o aprendizado da “boa” escrita, da redação correta, no que se refere a questões ortográficas, acentuação e pontuação, ou seja, observam-se questões gramaticais e normativas do gênero.

Muitas vezes não são levadas em consideração as questões pertinentes à função sociocomunicativa do gênero. Em alguns documentos, os textos elaborados pelos agentes produtores do gênero memorando não alcançam a intenção comunicativa, ainda que levem em consideração algumas questões relevantes no processo de produção proposto nas aulas de produção de texto do ensino técnico profissionalizante.

Esses agentes produtores precisam entender que os memorandos são escritos com o intuito de suscitar no interlocutor uma resposta precisa e objetiva. Dessa forma, levantamos a hipótese de que o memorando, apesar de ser considerado um gênero com estilo impessoal, sofre influência dos agentes produtores e do contexto de produção, o que pode comprometer a imparcialidade e função comunicativa.

A inadequação na utilização do memorando em uma IFES advém da ausência do conhecimento e da vivência na elaboração do gênero por parte de seus autores e usuários e, por esse motivo, confunde-se com o gênero ofício, pois, embora semelhantes na estrutura,

² Nesta pesquisa ora nos referiremos àquele que elabora o texto como agente produtor ora apenas como produtor ou autor do texto.

têm suas diferenças. O pensamento de Garcez (2004, p. 2) contribui para reforçar essa afirmativa quando diz que

O que vai determinar o nosso grau de familiaridade com a escrita é o modo como aprendemos a escrever, a importância que o texto escrito tem para nós e para o nosso grupo social, a intensidade do convívio estabelecido com o texto escrito e a frequência com que escrevemos. Consequentemente são esses fatores que vão definir também a maturidade e nosso desempenho na produção de textos.

Nas IFES, os profissionais adquirem experiências na escrita do gênero textual de forma autodidata. Ainda que surjam dificuldades em seu processo de escrita quanto à estrutura do gênero, elaboração de um texto com estratégias argumentativas, o conhecimento é adquirido com a prática de escrita diária. Para tanto, nossos questionamentos quanto a essa discussão são:

- ↳ O uso de manuais na elaboração dos textos influencia na padronização do gênero memorando, condicionando os agentes produtores a uma imparcialidade?
- ↳ As escolhas linguístico-discursivas nos memorandos evidenciam marcas dos agentes produtores?
- ↳ O gênero memorando, quanto aos propósitos comunicativos, cumpre sua função e uso na UFPB?

Temos como objetivo geral da nossa pesquisa identificar quais elementos linguísticos-discursivos no memorando que evidenciam as marcas de subjetividade no texto. E, de modo específico:

1. Investigar a imparcialidade dos agentes produtores dos memorandos, a partir da padronização do texto, influenciados pelo uso dos Manuais;
2. Constatar, a partir das escolhas linguístico-discursivas, a presença das vozes e modalizações nos memorandos, evidenciadas pelas marcas deixadas pelos agentes produtores nos textos;
3. Observar se o memorando em circulação no Campus I da UFPB atende aos seus propósitos e função sociocomunicativa.

O *corpus* da nossa pesquisa é constituído por memorando coletados em um órgão público federal, numa Instituição de Ensino Superior (IFES), localizada na cidade de João Pessoa – PB, a Universidade Federal da Paraíba, Campus I, na qual escolhemos cinco unidades acadêmicas distintas para a coleta dos documentos, a saber: 04 (quatro) centros e uma unidade localizada na administração central - a Assessoria do Gabinete do Reitor.

A organização do nosso trabalho se constitui de três capítulos. No primeiro capítulo, Ação Comunicativa da Linguagem, Letramento e Gênero Textual, procuramos apresentar esclarecimento sobre a concepção da linguagem em algumas vertentes teóricas e sua importância na interação e convívio do indivíduo no meio social. Apresentamos, ainda, a importância do letramento na formação do indivíduo, enquanto agente da ação comunicativa, no processo de aquisição e apreensão da escrita e leitura para uso em sociedade. Explanamos, por fim, alguns aspectos relevantes sobre a teoria do gênero textual.

Procuramos expor de maneira nocional a teoria bakhtiniana de interação verbal, como também a teoria do agir comunicativo de Habermas (1987) e Bronckart (1999) para explicar a ação de linguagem. E, na perspectiva da análise dos gêneros textuais, no embasamos em Bronckart (1999), Marcuschi (2008), Bakhtin (2006 [1979]), Medeiros (2008).

O segundo capítulo, do referencial teórico-metodológico, apresenta, inicialmente, uma síntese introdutória sobre algumas teorias nas quais o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) inspirou-se para sua constituição, como a teoria enunciativo-discursiva de Bakhtin (1997); a teoria da ação comunicativa de Habermas (1983); a sociointeracionista de Vigotsky (1934/1993) e a teoria do jogo da linguagem de Wittgenstein (1998); em seguida, abordamos a teoria do Interacionismo Sociodiscursivo do grupo de pesquisa genebrino, composto por Jean-Paul Bronckart (1999, 2006 e 2008), Schnewly e Dolz (2004), e, aqui no Brasil, representado por Machado (2006) e outros autores que adotaram essa linha de pesquisa sobre a ação da linguagem e da arquitetura textual.

O capítulo três consta da metodologia aplicada ao trabalho e teve como intenção fazer uma explanação sobre os métodos adotados para desenvolvimento da pesquisa. Nesse capítulo 3 apresentaremos o universo de estudo e método de abordagem, técnica e instrumento de pesquisa, bem como os procedimentos de análise.

Também nesse mesmo capítulo, apresentaremos a análise e discussão dos dados. Na análise, interpretamos as modalizações, vozes no texto, buscando identificar as marcas de subjetividades deixadas pelos agentes produtores nos memorandos.

Com essa pesquisa, pretendemos mostrar a importância da produção textual de um gênero da redação oficial, apresentando, por meio dos ensinamentos da teoria do ISD no estudo do gênero textual, a atuação do agente produtor no texto e a importância do seu papel social no processo da escrita.

1. AÇÃO DE LINGUAGEM, LETRAMENTO E GÊNERO TEXTUAL

Neste capítulo apresentaremos algumas reflexões sobre as ações de linguagem como elemento de interação do indivíduo e seu meio social; em seguida, discutiremos acerca da prática social do profissional de secretariado e os saberes linguísticos necessários para o seu letramento.

Por fim, apresentaremos alguns aspectos relevantes sobre o conceito dos gêneros textuais, mais precisamente acerca do gênero em estudo: memorando, ressaltando algumas características sobre o gênero.

1.1 O fenômeno social da linguagem

Desde os primórdios, o homem vem desenvolvendo suas competências para se comunicar, usando diferentes linguagens: gestos, sinais, símbolos, sons, palavras.

A linguagem é a atividade humana que, nas representações do mundo que constrói, revela aspectos históricos, sociais e culturais. A linguagem é um fenômeno social de interação verbal por excelência. É por meio da linguagem que o ser humano organiza e dá forma às suas experiências.

Essas linguagens são representadas por meio de vários tipos de expressões que levam o homem a se comunicar apresentando suas ideias, significados e pensamentos que podem ser manifestados por meio de expressão corporal, musical, artística, midiática e cinematográfica.

Estudando as várias expressões da linguagem que o homem desenvolveu em seu meio social, alguns estudiosos perceberam que, entre o que fazia o homem expressar seus sentimentos (dores, desejos, insatisfações, receios) e a buscar uma compreensão de si mesmo, estava o entendimento de que esta compreensão passava particularmente pela presença e intervenção de um interlocutor o qual possibilitava a leitura e interpretação dos sentidos e significados dos signos estabelecidos pela comunicação humana.

Na busca por respostas ao entendimento do sistema de signo, alguns teóricos (PIERCE, 1839-1914; SAUSSURE, 1857-1913; LOUIS HJELMSLEV 1899-1965; JAKOBSON, 1962), se interessaram pelo estudo das influências desse sistema de

interação que, de forma natural, estruturalista, histórico-social e sociointeracionista, serve e à constituição da linguagem e influencia o usuário em seu meio social.

O estatuto científico dos estudos sobre a língua surgiu a partir do linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure, no início do século XX. O estudo da *langue/parole* proposto por Saussure contribuiu para um entendimento da língua como objeto dissociado da fala, fundando, a partir daí, uma perspectiva estruturalista dos estudos da linguagem. Saussure salienta em seus estudos que a língua é homogênea, tem um sistema de valor que está em contraposição aos outros e é produto social presente na vida de cada indivíduo falante em comunidade; enquanto a fala por sua vez é individual, sujeita aos fatores externos, linguísticos ou não.

Contemporaneamente, a linguagem pode ser estudada por várias abordagens teóricas. Considerando a natureza de nossa pesquisa, de caráter social contextualizado, recorreremos à proposta dos estudos interacionistas sociais de Bakhtin (1997[1975]), Vygotsky (1934/1993) e Bronckart (1999, 2006, 2008). De acordo com essas perspectivas teóricas, a linguagem situa-se no meio social em que o indivíduo está inserido. Bakhtin, filósofo da linguagem, em oposição aos estudos estruturalistas propostos por Saussure, defende um estudo da linguagem de forma interacional no qual se busca entender o exercício da expressão do pensamento humano através do exercício da fala em sociedade. Para este autor, toda enunciação é resposta a algo, ainda que seja monológica, pois ela tem o propósito de ser compreendida. Segundo este autor:

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual o locutor pertence (1997 [1975], p. 112).

Para Bakhtin (2006), a língua é concebida como instrumento de poder, carregada de valores, crenças e interesses. Para o autor, a língua existe a partir de enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos em comunicação efetiva com as pessoas que nos rodeiam. Bakhtin buscou entender o exercício da linguagem humana por parte dos indivíduos.

Para ele, o exercício da fala é que nos possibilita o entendimento do fenômeno da linguagem. Quanto à ação interativa da linguagem Bakhtin (2006, p. 109), afirma que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

É na interação com o outro que é construído o discurso nos círculos do convívio humano. Esse movimento se dá no momento em que o falante de uma língua manifesta necessidades, desejo, reivindicação, reclamação etc., buscando expressar-se com membros da mesma comunidade. A língua é uma das muitas formas de manifestação concreta do sistema de comunicação humano desenvolvido por comunidades linguísticas.

É no texto que se materializa o discurso por meio da língua/linguagem e o enunciado é considerado a unidade básica do conceito de linguagem na teoria bakhtiniana. Para que exista um enunciado, é necessário que haja a presença de um enunciador (aquele que fala/escreve) e de um enunciatário (aquele que ouve/lê). O enunciado acontece em um local e em um tempo determinados e ele é produzido e compreendido por um sujeito histórico. Bakhtin (1997, p. 293), conceitua o enunciado como

[...] unidade real da comunicação verbal: o enunciado. A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a composição, os enunciados sempre possuem, como unidades da comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, fronteiras claramente delimitadas [...] As fronteiras dos enunciados concreto, compreendidos como uma unidade da comunicação verbal, são determinadas pela alternância de sujeitos falantes, ou seja, pela alternância dos locutores.

O enunciado é único e não se repete. Ele é sempre um acontecimento que emerge a partir de uma situação histórica definida, com atores sociais identificados, com a participação em uma mesma cultura e o estabelecimento de um diálogo entre os participantes da interação. O enunciado surge para que não seja respondido e a resposta a ele mesmo pode ou não ser exteriorizada por seu ouvinte.

O autor, em seu processo de mediação, apresenta a importância da inserção social e interação do indivíduo no processo de aquisição do signo e no exercício das práticas comunicativas. Para ele, o percurso das práticas sociais de comunicação vai do social para o individual.

Para o autor, o processo de aquisição da linguagem acontece nas esferas sociais onde o indivíduo atua, e se consolida por meio de instrumentos que o auxiliam na situação comunicativa, que seriam os textos (oral ou escrito).

Essas situações acontecem de forma relativa, pois dependem do contexto social em que o indivíduo está inserido. Elas sofrem modificações, adaptações, adequações, para que haja um entendimento daquilo que é expresso, do que é dito. É necessário ao enunciador que, na ação de linguagem, ele seja capaz de compreender de que lugar social fala/escreve, qual papel social exerce quando fala/escreve, o papel comunicativo que ele desempenha e quais os modos de dizer que melhor representam esse lugar e papéis sociais etc. Não devemos esquecer que quando falamos/escrevemos/ouvimos, estamos agindo sobre o outro, sobre o mundo e sobre nós mesmos.

Compartilhando em alguns aspectos da teoria bakhtiniana para desenvolver a perspectiva do ISD, Bronckart (1999) entende o texto como “toda unidade de ação de linguagem situada, acabada e auto-suficiente, do ponto de vista da ação da comunicação” (p. 75). É no texto que se constitui a materialização do agir de linguagem. Na concepção do autor

[...] A atividade de linguagem é, ao mesmo tempo, o lugar e o meio das interações sociais constitutivas de qualquer conhecimento humano; é nessa prática que se elaboram os mundos discursivos que organizam e semiotizam as representações sociais do mundo” (1999, p. 338).

Para ele, as ações de linguagem são estabelecidas e materializadas no texto oral ou escrito.

[...] pode ser definida em dois níveis: sociológico, como uma porção da atividade de linguagem do grupo, recortada pelo mecanismo geral das avaliações sociais e imputada a um organismo humano singular; e psicológico, como o conhecimento disponível em um organismo ativo sobre as diferentes facetas de sua própria responsabilidade na intervenção verbal. (1999, p. 99)

O texto, o agir de linguagem, ao ser criado, é permeado por valores históricos e socioculturais que darão origem aos gêneros de determinada língua. Quando o homem realiza uma ação de linguagem, ele reflete as atividades coletivas e as ações individuais, fazendo do texto uma entidade coletivamente constituída que não será estável,

uma vez que o contexto se torna variável conforme os aspectos históricos e sociais e influencia diretamente no agir de linguagem e na forma de interação.

Segundo este Bronckart (2006), essa ação de linguagem apresenta duas maneiras de agir: geral e de linguagem. Ainda que distintas, as duas apresentam-se em sintonia e troca constantes uma com a outra. No agir geral encontram-se as atividades coletivas “que organizam as interações dos indivíduos com o meio ambiente” (BRONCKART, 2006, p.138).

Essas atividades coletivas são apreendidas a partir “das estruturas de cooperação/colaboração que organizam as interações dos indivíduos com o meio ambiente” (BRONCKART, 2006, p. 138) e, “produziram o mundo econômico, o social e o semiótico, que passaram a constituir-se como uma parte específica do meio ambiente dos seres humanos” (BRONCKART, 2006, p. 123), produzindo, dessa forma, o chamado contexto. O ambiente historicamente criado, ou contexto, exerce influência sobre os comportamentos individuais e de grupos sociais e também sobre a linguagem utilizada pelos indivíduos.

Para o autor, o agir de linguagem é a linguagem em uso. Ele divide essa atividade em duas dimensões: social ou individual. A primeira serve para criar normas, valores, regular, planejar e avaliar as atividades coletivas. Enquanto que a segunda permitiria a apropriação e interiorização da linguagem transformando-a em pensamento consciente (BRONCKART, 2006).

O agir de linguagem é também uma ação que “refere-se aos motivos, ou seja, às razões do agir que são interiorizadas por uma pessoa singular” (BRONCKART, 2006, p. 213). Assim, o agir de linguagem favorece a interpretação da ação do homem no contexto, incluindo atividades individuais e sociais.

Na perspectiva sociológica, Habermas (1983) sustenta que não pode haver comunicação quando o sujeito e as pretensões de validade não estão explícitas e sua intenção não tem a função de buscar o entendimento entre as partes. Esse agir comunicativo seria a relação do indivíduo com o mundo pela ação e linguagem.

A intenção comunicativa emerge na atividade social que o indivíduo pratica no momento da interação verbal por meio da linguagem que transcorre por várias situações de comunicação, seja ela formal ou corriqueira. A ação comunicativa está ancorada/regulada por acordos e convenções entre indivíduos que compartilham da mesma comunidade linguística. O ato comunicativo é cumprido pela interação entre os falantes de

uma mesma língua igualmente ativos na produção de sentidos. Dessa forma, espera-se que haja cooperação entre os participantes na comunicação.

Do ponto de vista da pragmática, espera-se que o uso da linguagem seja como um ato de produção de enunciados linguísticos (ato locutório); como um ato destinado a realizar qualquer coisa (ato ilocutório) ou, ainda, como um ato destinado a obter um resultado (ato perlocucionário), ou seja, “[...] sempre que se interage através da língua, profere-se um enunciado linguístico dotado de certa força que irá produzir no interlocutor determinado(s) efeito(s), ainda que não aquele(s) que o locutor tinha em mira” (KOCH, 2007, p. 19). Sendo assim, podemos dizer que os atos de fala abrangem as três dimensões (locucionário, ilocucionário e perlocucionário) que podem ou não se realizar. A partir do que foi exposto, observamos que a prática comunicativa da linguagem exige/pede que o indivíduo esteja em situação real de uso, e dessa maneira, será realizada a interação. A linguagem em ação se dá pela materialização do texto seja ele oral ou escrito, verbal ou não-verbal que se realiza pelo ver, ouvir, falar e agir do indivíduo no social.

1.2 Prática social e saberes linguísticos necessários para o letramento

Com a chegada da sociedade da informação tornou-se cada vez mais exigente o uso da escrita e leitura, não só na cultura escrita no papel, mas naquela que está exposta nos vários meios de comunicação (os meios eletrônicos, midiáticos, oral etc); sendo assim, ser apenas alfabetizado não é suficiente. Sem a apropriação das práticas da leitura e da escrita o indivíduo torna-se limitado em suas ações comunicativas e argumentativas em seu meio social. Por isso é necessário que a leitura e a escrita façam parte da vida de indivíduos letrados, pois nessa sociedade grafocêntrica em que nos inserimos, aquele que não é letrado, fica limitado em suas opiniões diante de situações complexas relacionadas a eles em determinados contextos sociais. Freire (1989) afirma que

O ato de ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir escreveram as palavras.

Partindo do pressuposto de que a linguagem é uma construção social, em que dialogia e interação constituem seus elementos fundadores, compreende-se que o domínio da própria autonomia linguística nesta área é também construído na interação social (GARCEZ, 1998). O uso da linguagem funcionalmente orientada compreende a aquisição e o uso das habilidades que devem ser usadas pelos praticantes da leitura e da escrita não apenas com o intuito de codificação e/ou decodificação dos signos e repetição dos mesmos, mas, sobretudo, buscando um entendimento dos sentidos construídos durante essas práticas de letramento.

Seguindo este caminho da linguagem em uso, se faz necessário refletir sobre o conceito de letramento para entender o funcionamento das práticas de leitura e da escrita, que nos guiará no tratamento dado às competências que auxiliam os indivíduos em seu meio social para se comunicarem.

Soares (1998, p. 36) afirma que o conceito de alfabetização, entendido de uma forma restrita, como conceito de aprendizagem do sistema de escrita, por ser insatisfatório, condicionou o uso da palavra letramento que teve boa acolhida no meio acadêmico. Kleiman (1995, p. 15), explica que

o conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o “impacto social da escrita” dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita.

Quem primeiro fez uso dessa palavra foi a autora Mary Kato em seu livro intitulado *No mundo da Escrita: uma perspectiva psicolinguística*, publicado em 1986. Em seguida, outros autores passaram a fazer uso dessa palavra para diferenciar indivíduos letrados daqueles que eram alfabetizados.

A palavra letramento é o resultado da ação de “letrar-se”, isto é, se for dado ao verbo “letrar-se” o sentido de “tornar-se letrado”. Ser letrado é um estado ou condição que é adquirido pelo indivíduo como consequência de ter-se apropriado da leitura e da escrita e de suas práticas sociais (SOARES, 1998, p. 18).

Kleiman (1995, p. 19) diz que o letramento “é o conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e sistema de tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Saber ler e escrever não basta nos dias de hoje, é necessário que o indivíduo saiba fazer uso dessas competências (leitura e escrita). Vale salientar que a apropriação da escrita difere de ter aprendido a ler e escrever: aprender a ler

e escrever significa codificar e decodificar em língua escrita; apropriar-se da escrita é ser autônomo no processo de redação e leitura de texto, é assumi-la com propriedade.

Cabe à escola, principal agência de letramento, empenhar-se no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo metodologias competentes nas fases iniciais do aluno, para que o indivíduo transforme-se em cidadão e agente de mudança em toda a sua vida.

À academia, cabe o preparo de alunos que, futuramente, serão inseridos no mercado de trabalho e farão uso das habilidades de leitura e escrita, enquadrando-se nas exigências do mercado, no qual precisarão estar aptos para uma produção escrita criativa, inovadora e autônoma. É a partir dos hábitos construídos em contexto escolar que esses alunos preparados farão uso da língua de forma contextualizada e desenvolverão suas habilidades linguísticas.

Por existirem várias práticas sociais é que o indivíduo desenvolve outras condições de letramento (digital, escolar etc) e os modos de letramento diferem de um indivíduo para outro, por questões de complexidade de textos, práticas de leitura, reconhecimento de informações técnicas de uma área, situações de trabalho dentre outras coisas.

Há diferentes alcances para o sentido de letramento uma vez que não há um letramento de forma absoluta. No modelo ideológico, as práticas de letramento são determinadas pelo contexto social e cultural (KLEINAM, 1995, p. 38), por existirem diferentes áreas nas quais os indivíduos fazem uso da língua escrita, inserindo-se em padrões de uso, realidades culturais e hábitos profissionais diversos no curso da vida.

1.2.1 Para entender a prática de letramento do profissional de secretariado

Nesta pesquisa daremos maior importância à linguagem escrita por se tratar de um trabalho que busca entender a produção escrita no contexto da comunicação organizacional, mais precisamente em um órgão público, local onde permeiam os mais diversos domínios discursivos materializados em textos escritos.

Nesse ambiente discursivo encontramos, principalmente, o discurso burocrático que se vale do formalismo e deve obedecer ao padrão culto da língua nos atos e comunicações oficiais. Esse tipo de comunicação compreende uma escrita que busca um

terreno sólido para as construções formais que são muito usadas por seus usuários, profissionais que exercem a função na área de assessoria administrativa.

Pretendemos, mais precisamente, discutir a habilidade elementar aos profissionais secretários: a capacidade de utilizar a competência escrita em textos de documentos da redação oficial – em nossa pesquisa, o gênero memorando. Ao profissional secretário cabe o conhecimento básico de suas competências no trabalho, e a produção textual de documentos utilizados nos atos administrativos é uma delas.

Esses atos correspondem a toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato resguardar, adquirir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria (MEIRELLES, 2007, p. 133).

Comunicação é a palavra que rege o meio do profissional de secretariado e suas atividades enquanto sujeitos que contribuem para a sociedade em que atua (comunicação técnica, profissional, cultural, humana). Na busca constante por aprendizado e melhor desempenho para alcançar seus objetivos, esses profissionais se inserem em um mercado de trabalho competitivo que exige cada vez mais deles em função do que é comunicativo e relativo ao conhecimento. Revistas, manuais, cursos, eventos, *sites* especializados são como suportes que auxiliam quando o assunto é como os secretários devem proceder/agir comunicativamente na profissão, principalmente no que tange à escrita. Todos esses “recursos” são apresentados com o propósito de ajudá-los a alcançar a excelência na profissão. Para contextualizar o leitor quanto à profissão de secretariado apresentaremos um pouco do contexto histórico da profissão.

Hernandes & Medeiros (2004), Sabino e Rocha (2004) e outros registram que a profissão de secretariado teve sua origem na remota Dinastia Macedônica, na época de Alexandre Magno (356 a.C – 323 a.C.), pois era costume do Imperador levar às batalhas e guerras escribas que pudessem registrar, por meio da escrita, seus grandes feitos.

O escriba foi conhecido como o primeiro secretário da história, pois desempenhava as atividades secretariais com grande expressão intelectual, dominava o conhecimento da escrita, da leitura e tinha um conhecimento cultural elevado que, para a época, era um privilégio. Ele era um funcionário público da nobreza, pois servia à classe social de grande poder aquisitivo na civilização egípcia.

Observamos que, desde essa época, era comum aos escribas sua proximidade com os líderes. Essa aproximação lhes impunha fidelidade ao seu senhor e cautela no

tratamento das informações que recebia, já que eles faziam parte do círculo de altos comandos. Segundo Manguel (1997, p. 50), “no momento em que o primeiro escriba arranhou e murmurou as primeiras letras, o corpo humano já era capaz de executar atos de escrever e ler que ainda estavam no futuro”.

Para Sabino e Rocha (2004, p. 9), na terceira fase da Revolução Industrial é que se abriu o leque de oportunidades de atuação desse profissional. Os anos seguiram-se e a profissão foi evoluindo, sendo força de trabalho qualificada disponível no mercado. Noutro momento surgiram os grandes complexos industriais; empresas multinacionais e a automação da produção fez com que essa profissão encontrasse lugar no mercado de trabalho. A partir de vários acontecimentos trabalhistas, essa profissão solidificou-se, sempre acompanhando as mudanças.

Com o despertar da era da qualidade e da informática, nos anos 80, surge a administração participativa e os chefes e secretários passam a atuar conjuntamente, em parceria. Neste momento, o secretário passou a participar de grupos de discussões referentes a processos internos e externos da empresa, buscando a qualificação dos produtos e serviços da mesma. Ser incluído nesse grupo permitiu ao profissional de secretariado a queda do mito de função maternal, passiva e supérflua. A partir desse período, esse profissional, por meio de seu trabalho, apresenta sua capacidade de produzir resultados concretos na otimização da empresa. Para Sabino e Rocha (2004, p. 10), “as antigas características da profissão foram substituídas por excelência profissional, competência, conhecimentos múltiplos, cultura e aperfeiçoamento contínuo”. Ou seja, antes desse período, o profissional de secretariado era simplesmente um executor de tarefas operacionais e metódicas que favorecia a denominação pejorativa de “cartão de visita da empresa”.

A automação chega aos escritórios na década de 90. O profissional secretário já se fazia presente no mercado de trabalho, pois nesse período a profissão já estava regulamentada e também a mesma já tinha o seu código de ética que regulamenta o entendimento ético-moral do profissional.

Essa breve explicação do histórico da profissão de secretariado dá uma dimensão da importância desse profissional e da sua busca constante por capacitação que possa fazê-lo acompanhar as exigências do mercado de trabalho. Por esse profissional, desde o surgimento de sua profissão, se encontrar próximo da chefia, ele busca o

conhecimento e atualização constante em função de ser visto como o profissional que tem um perfil “ideal” para execução das competências que lhes são atribuídas.

1.2.2. Letramento e as relações estabelecidas com o profissional de secretariado

A Lei 9.261 que rege a profissão de secretariado foi regulamentada em 30.09.1985. No artigo 4º, constam as seguintes atribuições inerentes ao secretário executivo:

- I – planejamento, organização e direção de serviços de secretaria;
- II – assistência e assessoramento de serviços de secretaria;
- III – coleta de informação para a consecução de objetivos e metas de empresas;
- IV – redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro;
- V – interpretação e sintetização de textos e documentos;
- VI – taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estrangeiro;
- VII – versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa;
- VIII – registro e distribuição de expediente e outras tarefas correlatas;
- IX – orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia;
- X – conhecimentos protocolares.

A partir da exposição dessas atribuições, observamos que é necessário que esse profissional seja letrado em várias competências para atuar na empresa ou instituição para a qual presta serviço, pois no nicho empresarial é necessário que o secretário exerça as atribuições com presteza, esmero e preparo.

Os conhecimentos adquiridos por este profissional envolvem várias técnicas para a execução de suas tarefas e, para isso, os secretários, estudam em cursos que, aqui no Brasil, são oferecidos em escolas de educação técnica, Universidades Federais, Institutos Federais Tecnológicos ou faculdades particulares. Esses cursos têm duração mínima de dois e máxima de quatro anos, e em seu currículo prevalece a orientação instrumental para o ensino nas disciplinas de língua materna.

Nesse sentido, faz-se necessário que haja uma reflexão por parte dos professores que preparam os educandos para a profissão de secretários executivos ou técnicos em secretariado, pois eles buscam, no futuro, serem inseridos no mercado de trabalho que cada vez mais tem exigido um profissional que saiba utilizar as competências

leitoras e de escrita no processo de comunicação empresarial, seja no sistema público ou privado.

Essas competências são aplicadas fora dos muros da academia e é nesse momento que o egresso do curso colocará em prova seu aprendizado passando por atividades/situações próprias da função que exercerá no trabalho.

A aproximação da teoria com a prática que permeia as instituições de ensino técnico profissionalizante precisa acontecer, pois o mercado vive em constante mudança e espera que os estudantes recém-formados saibam lidar com experiências de trabalho alcançando os resultados exigidos pelo mercado.

Esse mercado espera jovens prontos para atuarem frente ao que ele tem a oferecer. No ambiente organizacional, a realidade é imediatista. Não é nosso intuito fazer críticas ou desqualificar trabalhos docentes que se engajam no ensino dessa área e nem tampouco a qualquer sistema de ensino, seja técnico ou de nível superior, mas se faz necessário refletir sobre alguns pontos que precisam ser levados em consideração. Para Kleiman (1995, p. 47)

[...], as deficiências do sistema educacional na formação de sujeitos plenamente letrados não decorrem apenas do fato de o professor não ser um representante pleno na cultura letrada. Nem das falhas num currículo que não instrumentaliza o professor para o ensino. As falhas, acredito, são mais profundas, pois são decorrentes dos próprios pressupostos que subjazem ao modelo de letramento escolar.

Os documentos do Ministério da Educação que apontam para o perfil esperado – e desejado – do egresso afirmam, de modo explícito, que a formação técnico-profissional não basta, e deve vir acompanhada de uma formação mais geral, que assegure um cidadão capaz de compreender o mundo contemporâneo e de interferir em seus rumos conscientes e automaticamente. No campo do trabalho, Souza (2010, p. 77) afirma que

Com relação aos gêneros do sistema de trabalho, os técnicos produtores e receptores, além de possuírem um conhecimento advindo da interação sociocomunicativa, deverão adaptá-los às situações de ação de linguagem com base no arquitexto de sua comunidade verbal e dos modelos de gêneros nele disponíveis.

Nos cursos oferecidos aos profissionais secretários (técnico ou superior), a disciplina de língua materna é orientada para o ensino do uso do português de forma estrutural, normativa, guiada por manuais e regida por leis e portarias.

Esse tipo de ensino, algumas vezes, é voltado apenas para o produto, negligenciando o processo. Muitas vezes os textos dos educandos, futuros profissionais secretários, prezam pela estrutura e são cheios de regras, fórmulas de textos, jargões etc., por causa da utilização de modelos apresentados em manuais, os aspectos formais ganham um destaque maior, dessa forma, ganhando um caráter instrumental, pragmático e, na maioria das vezes, rebuscado. Para isso, no curso de educação profissional (técnica), é necessário que haja maior atenção para a maneira como está sendo ministrado o ensino de língua materna, pois ideal seria um ensino contextualizado e aplicado ao convívio social aliado à realidade de trabalho desses futuros profissionais.

Outra situação que mostra dificuldade no processo de escrita dos gêneros próprios do conhecimento de profissionais da área de secretariado encontra-se na própria Lei 7.377, de 30.09.1985 que regulamenta a profissão de secretário e deixa abertura para que a mesma seja exercida por profissionais de outras áreas - graduado do curso de Letras – que são preparados para a carreira docente - sem o aprendizado da técnica secretarial, da orientação para elaboração dos gêneros que constituem objeto de ensino dos livros de redação oficial.

O mercado de trabalho é exigente e as instituições empresariais buscam cada vez mais profissionais capacitados que conheçam os gêneros em uso na comunicação organizacional e oficial e que os produzam com eficiência e eficácia, auxiliando no processo comunicativo.

Pereira (2005, p. 249) afirma que “as diferentes formas de letramento que caracterizam a dinâmica da vida de uma sociedade letrada, determinam a diversidade de gêneros com os quais interagimos cotidianamente”. Ora, ao secretário cabe o conhecimento do uso do gênero da redação oficial, até porque a familiaridade com certas práticas de letramento se dá quando temos familiaridade com a escrita através da leitura de certos tipos de textos (KLEIMAN, 1995).

Os cursos voltados para as áreas de ensino de educação técnica buscam aproximar o conhecimento profissionalizante com o mundo do trabalho, muitas vezes deixando de lado outros valores e fatores a serem ensinados para a construção de cidadãos que saibam exercer papéis sociais distintos em qualquer situação em que estiverem

inseridos. Quanto ao processo de ensino-aprendizagem da escrita, Bazerman (2006, p. 18) afirma que “uma visão social da escrita, contudo, pode nos ajudar a desenvolver uma pedagogia que ensine aos alunos que gêneros são não somente formas textuais, mas também formas de vida e de ação”.

O estudo da linguagem na área técnica ainda necessita de uma maior atenção do campo linguístico. É necessário que o estudo da linguagem não fique somente entre os muros da academia, mas que lance um olhar mais cuidadoso aos estudos da linguagem usada na área de cursos técnicos profissionalizantes e áreas de trabalho.

É necessário que o ensino-aprendizagem da disciplina de língua materna no curso profissionalizante de secretariado seja trabalhado de forma consciente e sistemática, focando o desenvolvimento da competência comunicativa e promovendo uma melhor desenvoltura na escrita e leitura de textos com qualidade, desenvolvimento da competência linguística, discursiva e textual do profissional de secretariado.

1.3 Alguns aspectos relevantes sobre o conceito de gênero textual

Já enfatizamos a relação do letramento com o desenvolvimento das práticas de leitura e escrita dos diversos gêneros que permeiam o contexto social dos secretários. Passaremos agora a discorrer sobre o desenvolvimento da ação de linguagem em que se insere o gênero memorando e seu processo de elaboração e circulação.

Em nosso cotidiano estamos em contato com textos existentes em nossas práticas sociais que nos conduzem ao seu uso permanente. Para Marchuschi (2008, p. 154), os gêneros são situações comunicativas recorrentes onde são materializados os textos. Esses gêneros refletem a nossa forma de atuação em sociedade, uma vez que têm estrutura, representação e funcionalidade específica.

Segundo Bakhtin (2006, p. 279), cada esfera discursiva elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados o que ele denomina de “gêneros do discurso”, e esses enunciados organizam nossa fala nas nossas ações sociais mediadas pela linguagem. Para o autor, os gêneros podem ser primários (simples) e secundários (complexos), sendo os primeiros constituídos em uma situação de comunicação verbal espontânea, tornando-se base para a constituição dos gêneros secundários.

Para cada gênero existe uma comunidade discursiva que o agrupa, como por exemplo, os gêneros que circulam na esfera da correspondência formal (ofício,

memorando, circular, portaria, convocação), têm seu espaço definido nessa esfera, pois foram aceitos e sacramentados pelos seus usuários, o que Bazerman (2009, p. 32) chamaria de um sistema de gêneros, pois “compreende um conjunto de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos”.

Na perspectiva interacionista sociodiscursiva apresentada por Bronckart (1999, p. 73), quanto à concepção de gênero, ele segue as premissas de Bakhtin quando afirma que

[...] no decorrer deste século e, mais particularmente a partir de Bakhtin, a noção de gêneros textuais tem sido progressivamente aplicada ao conjunto das produções verbais organizadas: às formas escritas usuais (artigo científico, resumo, notícias, publicidades, etc.) e ao conjunto das formas textuais orais, ou normatizadas, ou pertencentes à “linguagem ordinária” (exposição, relato de acontecimentos vividos, conversação, etc.). Disso resulta que qualquer espécie de texto pode atualmente se designada em termos de gênero e que, portanto, todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero.

Os gêneros textuais estão presentes em nossa vida diária de forma a realizarmos nossas ações por meio dessa ferramenta que pode auxiliar no processo de comunicação com o outro na escola, trabalho, em família, enfim, em nosso meio social.

Para Bronckart (1999), os gêneros textuais surgem como enunciados orais ou escritos com função sócio comunicativa desenvolvidas pelos indivíduos em uma sociedade.

No local de trabalho do secretário a apropriação da linguagem é viabilizada através de textos, sejam eles orais e/ou escritos, em situações específicas do cotidiano profissional com suas regras e normas para o “melhor funcionamento” comunicativo dentro da organização (pública ou privada). Nesses ambientes, a linguagem se dá a conhecer por seus falantes em situação de interação social das quais os indivíduos participam no percurso da vida (um telefonema, um documento expedido e/ou recebido, uma reunião, um atendimento ao cliente da empresa etc.).

Sendo assim, os gêneros utilizados na correspondência oficial são constituídos a partir de um “conjunto de normas regedoras das comunicações escritas, internas e externas, das repartições públicas [...] maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações” (SILVEIRA, 2005), enquanto produto que transita no meio social com função comunicativa específica. Servindo como instrumentos mediadores

na prática diária dos profissionais secretários, apresentam um alto grau de participação desses indivíduos no processo de escolha desse gênero tendo em vista o objetivo que se deseja alcançar.

A mesma autora, Silveira, afirma que “a existência dos gêneros textuais está ligada diretamente às práticas sociais e culturais das comunidades. Nessa perspectiva, os gêneros nascem, evoluem, morrem, renascem, mesclam-se e desdobram-se” (2005, p. 17).

Na elaboração dos memorandos, durante o processo de textualização, os secretários buscam elementos linguístico-discursivos que se enquadram na redação oficial. Nessas práticas estão inclusas as escolhas do tipo de gênero quanto ao propósito comunicativo que deseja alcançar, e, por isso, muitas vezes, esses profissionais se limitam a elaborar um determinado documento seguindo o mesmo modelo de outros já elaborados, tendo como referência outros documentos já prontos.

Essa prática é instigada pelo uso dos manuais técnicos da área que sugerem modelos de documentos e expressões a serem “copiadas” como forma de facilitar, mas que acabam contribuindo para a “reprodução” dos memorandos, limitando o processo de textualização do agente-produtor. Na correspondência oficial, os gêneros textuais, por serem padronizados são denominados de formulaicos³ (SILVA, 2007, p. 15).

As orientações de modelos de documentos propostos por compêndios já se consolidaram em regra/norma na produção dos documentos, determinando a sua forma/estrutura, convencionadas, na esfera em que eles circulam. Os documentos da correspondência oficial (memorando, ofício, requerimento etc.), se não seguirem essas regras, para algumas esferas discursivas, esses documentos considerados “fora do padrão” são considerados “errados”, embora não deixem de cumprir seu propósito comunicativo.

A real função do Manual⁴ de Redação Oficial é que ele sirva como guia na elaboração de textos conferindo impessoalidade e objetividade aos documentos oficiais. Aqueles que fazem uso desse material precisam refletir sobre isso, entendendo que o manual serve apenas como apoio para orientação na elaboração do gênero, desde sua estrutura, funcionalidade e uso. No entanto, quanto ao processo de textualização,

³ A autora entende o gênero formulaico “como exemplares que seguem um padrão formal de construção – como documentos áridos, construídos a partir de uma argumentação incisiva, objetiva, prática e desprovida de quaisquer aparatos [...] com uma única finalidade: a de expressar um ponto de vista imparcial, baseado em fatos irrefutáveis e absolutamente vazios de influências de valor subjetivo no sentido amplo, ou seja, uma argumentação destituída de qualquer interesse por parte de quem os assume” (2007, p. 15).

⁴ É um livro feito a partir da experiência de uma casa legislativa, que é aberta e plural, o que tem efeitos do ponto de vista do trabalho com a linguagem, o discurso e o texto. (Revista Língua Portuguesa, 2007).

propriamente dito, cabe ao autor fazer uso das escolhas das palavras, uma vez que, ao produzir um documento, tem que se levar em consideração a situação de produção, o conteúdo temático, para se alcançar a ação de linguagem.

A linguagem utilizada nas atividades de trabalho por esses profissionais é formal e cheia de regras a serem colocadas no texto. A produção de textos técnicos no meio secretarial é denominada de “correspondência oficial”, “redação oficial”, “redação burocrática” e determina, em seu texto, a formalidade, clareza, concisão, impessoalidade e uniformidade (BRASIL, 2002). Porém, ainda encontra-se em alguns textos de documentos oficiais, dependendo da comunidade discursiva ou do agente produtor do texto, o uso da linguagem excessivamente polida, também conhecida como “burocratês”. O Manual da Presidência da República explica que “não existe propriamente um *padrão oficial da linguagem*; o que há é o uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais” (BRASIL, 2002, p. 4) e que essa linguagem é originária da esfera jurídica.

Quanto ao estilo de escrita dos gêneros da redação oficial, ele é convencionado pela comunidade discursiva que se utiliza da correspondência oficial, para serem polidos e formais; exige-se do usuário conhecimento dos elementos para a competência comunicativa, implicando a obediência às formulas de abertura e fechamento do texto, a determinadas normas para escrita do texto, a limitações contextuais quando as estruturas semelhantes e, também, à escolha lexical adequada ao tipo de documentos, à temática, e ao interlocutor a quem será dirigido o texto. Ainda que se perceba um estilo de documento “formulaico”, é necessário prestar atenção ao texto sendo que “[...] a seleção que o locutor efetua de uma forma gramatical já é um ato estilístico.” (BAKHTIN, 1997, p. 87).

Aos indivíduos que se utilizam dos gêneros da correspondência oficial em sua prática escrita diária, é necessário que tenham conhecimento do que é exigido para elaboração desses documentos, desde o vocativo a ser utilizado para dirigir-se ao destinatário até a estrutura do documento, e, por isso, o profissional secretário utiliza-se de Manuais de Redação e livros próprios para a elaboração de documentos, respaldando-se também nos conhecimentos adquiridos em curso de formação (técnico ou de graduação). Para Bakhtin (1997, p. 284),

Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas de comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado,

relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico.

Medeiros (2008), em sua obra intitulada *Correspondência: técnica de comunicação criativa*, editora Atlas, apresenta uma preocupação com a escrita desses documentos formulaicos, apontando para a necessidade de uma escrita à luz dos novos conhecimentos linguísticos. Ele sugere aos profissionais que procurem refletir quanto ao uso das técnicas, evitando a trivialidade de uma linguagem já excessivamente desgastada, focando não apenas na elaboração de documentos, mas na aprendizagem da língua escrita, o que para o autor seria “comunicar para provocar uma resposta, uma reação do receptor, do cliente da empresa”. (op. cit, p. 3).

Os cursos profissionalizantes introduzem o aluno na produção dos gêneros da correspondência oficial, porém a vivência aplicada à realidade do mundo do trabalho, em organizações públicas ou privadas, é que vai testar seu domínio quanto ao conhecimento e produção dos gêneros a serem utilizados em situações diárias de comunicação.

Para que o secretário desenvolva sua competência escrita e leitora dos gêneros textuais, é necessário que ele faça uso das habilidades de leitura e escrita adquirida nos cursos de formação que lidam com o ensino-aprendizagem dos gêneros da correspondência oficial. Porém, é no cotidiano do trabalho que esses gêneros serão apreendidos, experienciados, aperfeiçoados.

1.3.1 Memorando: conceito e algumas características sobre o gênero

O termo memorando, segundo o Dicionário Aurélio, vem do latim *memorandus* (-a, um, que deve ser lembrado, gerundivo de memoro, -are, lembrar), é um impresso comercial, de formato menor que o da carta, usado para comunicações breves. Este documento é utilizado na comunicação interna das instituições públicas e privadas, seja o fluxo ascendente, descendente ou vertical.

De acordo com Rodrigues (2005, p. 15), trata-se de uma “espécie de carta interna menos formal, que circula entre áreas e departamentos ou é especificamente enviada de uma pessoa a outra”. Segundo Lima (2003, p. 113), este documento é uma “correspondência interna utilizada entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente, na qual se expõe

qualquer assunto referente à atividade administrativa”. Para Medeiros (2008, p. 310), na administração pública ele é “uma forma de correspondência entre autoridades de um mesmo órgão ou entre Diretores e Chefes ou vice-versa”, e, na linguagem comercial, ele significa “nota ou carta ligeira enviada de um comerciante a outro, comunicando o lançamento de um produto ou de uma operação comercial”. O memorando também serve para comunicação entre departamentos de uma mesma empresa, matriz e suas filiais e vice-versa, ou entre filiais (MEDEIROS, 2008, p. 248).

A inadequação na utilização do gênero memorando na UFPB, Campus I, advém da ausência do conhecimento da sua estrutura, uso e função, sendo assim, frequentemente confundido com o gênero ofício. A diferença básica entre o memorando e o ofício é a convenção geográfica de cada um desses documentos. O ofício é um documento de comunicação oficial com a finalidade de tratar assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, também, particulares. O memorando é uma forma de comunicação eminentemente interna (BRASIL, 2002, p. 14). Para alguns autores, o memorando é um “mini ofício” (BRASIL, 2002) e ele segue o modelo padrão do ofício, com a diferença que, no ofício, o destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa (BRASIL, 2002).

O memorando pode ser usado entre funcionários do mesmo nível hierárquico ou em nível hierárquico diferente, enquanto que o ofício é um meio de comunicação utilizado entre dirigentes de órgãos de entidades e titulares de uma unidade ou ainda destes para com a administração pública ou empresa privada.

A característica principal na tramitação do memorando é a celeridade e a simplificação do processo burocrático e por isso “serve para comunicações internas sobre assuntos rotineiros” (MEDEIROS, 2008, p. 310).

Outra característica deste documento é que, para que seja evitado o aumento do número de comunicações dentro das instituições que usam correspondências internas, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio corpo do documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação. Dessa maneira, dá-se início à formação de uma espécie de processo simplificado, para que haja transparência no andamento da matéria tratada no documento.

O memorando distingue-se em dois tipos: o memorando interno e interdepartamental, sendo o primeiro uma correspondência interna do órgão entre seus setores, situados na própria sede e o segundo, entre órgãos (Sede) e suas unidades

descentralizadas.

A escrita desse tipo de documento sempre preza pela redação oficial que é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações, tratado do ponto de vista do Poder executivo. Segundo o Manual da Presidência da República, a redação oficial deve

caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "*A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. (BRASIL, p. 4)

O mesmo Manual ainda afirma que

Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão. (BRASIL, p. 4)

Dessa forma, a redação dos textos da correspondência oficial busca o uso dessas características, uma vez que esse tipo de comunicação oficial preza pela uniformidade nos textos, sendo que, na esfera discursiva na qual ele circula, setores dos serviços públicos e privados, entende-se que há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o seu receptor, que pode ser o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro), e/ou o conjunto de cidadãos ou instituições que são tratados de forma homogênea (o Público). E por isso é sugerido pelo Manual da Presidência da República (2002) o uso de uma linguagem clara e simples para que todos entendam o que está escrito nos documentos, sem uso de “rebuscamento” ou “burocratês” nos textos, conforme constam nos princípios propostos no art. 37, da CF/1988 que diz

Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser

estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem. (BRASIL, p. 4) (Grifo nosso).

No passado, o texto da correspondência oficial era escrito de forma pessoal, na 1ª. pessoa, e repleto de subjetividade. Hoje, porém, o que os manuais propõem é o texto na 3ª. pessoa e com informações claras.

Nesse tipo de documento, o discurso deve ser objetivo no qual o ‘eu’ da pessoa que fala não se apresenta na materialidade do texto, pois a fala é sobre situações, sobre fatos do mundo exterior do autor produtor do texto e ele não se expõe nos comentários.

O memorando tem uma função discursiva delimitada, como veiculação de informações referentes a atividades administrativas (ordens, recomendações, pedido, sugestão), determinando a execução de serviços ou esclarecendo o conteúdo de leis, normas e regulamentos, não sendo muitas as atribuições a esse ele, segundo o que propõe a redação oficial dos gêneros administrativos.

Ao passo que, nos textos com o discurso subjetivo, encontramos presente o ‘eu’ do enunciador que se mostra, assume condições de pessoa na materialidade do texto. A narração dos fatos se dá em primeira pessoa (eu), o autor assume o seu pensamento na forma escrita revelando-se para o mundo exterior, e ele se faz presente no texto escrito, revelando suas impressões ao interlocutor.

Tanto em um como outro tipo de discurso, seja objetivo ou subjetivo, ambos constituem estratégias criadas pelo enunciador para melhor convencer o leitor daquilo que está sendo dito. Ainda que o autor escolha um ou outro tipo de discurso para se expressar no texto, o interlocutor saberá que sempre haverá um ‘eu’ falante por trás do texto.

A partir da explicação quanto ao discurso objetivo exigido na correspondência oficial e a negação à presença do discurso subjetivo no texto, podemos dizer que, na forma padrão gramatical da linguagem escrita, nos textos da correspondência oficial, nem sempre essas marcas subjetivas poderão ser evitadas por completo.

Portanto, cabe ao escritor/produtor desse tipo de texto, utilizar-se do discurso objetivo demonstrando sua imparcialidade, uma vez que esse tipo de discurso é o que faz com que o autor se apresente ao interlocutor como representante da instituição que envia o documento buscando evitar deixar sua marca enunciativa no texto.

2. MARCO TEÓRICO: TRILHANDO OS CAMINHOS DO ISD

Neste capítulo apresentaremos o quadro teórico epistemológico do Interacionismo Sóciodiscursivo (ISD), teoria na qual nos apoiamos para análise do objeto de estudo desta pesquisa.

Antes de iniciarmos as explicações conceituais da teoria por nós adotada, faremos uma breve explanação das bases teóricas nas quais o ISD se inspirou para sua constituição: o interacionismo social, de Vygotsky; a interação verbal, de Bakhtin; o agir comunicativo, de Habermas e, na ideia da linguagem como produto da interação social e do uso, de Wittgenstein.

2.1 Os princípios e conceitos básicos da teoria do ISD

O Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) tem sua origem no interacionismo social desenvolvido por Vygotsky (1934/1993), Bakhtin (1997, 2006) e outros que levam em conta a historicidade do ser humano. Para o ISD, a linguagem é entendida como ação, tendo em vista que essa teoria considera as unidades linguísticas de que dispõem os falantes como condutas humanas. Para melhor compreendermos essa afirmação dos estudos epistemológico do ISD, discorreremos, brevemente, sobre os aspectos teóricos apontados por estudiosos da linguagem em áreas específicas das ciências humanas, a saber: na sociologia HABERMAS (1987), na filosofia da linguagem, BAKHTIN (1979) e WITTGENSTEIN (1998) e na psicologia da linguagem, VYGOTSKY (1934/1993). Apresentaremos alguns pontos básicos em que o ISD se apoia para a constituição dos conceitos chave de sua teoria.

Na proposta dos estudos bakhtinianos, a interação verbal é a realidade fundamental da língua, tem em vista que a linguagem está inserida nas esferas de relações sociais entre os sujeitos, uma vez que não há possibilidade de contê-la, considerando que a sua realização se dá no contexto social onde se encontra inserido o sujeito da ação.

Bakhtin (1997) afirma que toda comunicação é governada pelo diálogo entre os sujeitos em um dado momento de interação e que, neste diálogo, emergem os discursos anteriores formando o discurso resposta a partir da compreensão do interlocutor quanto ao enunciado proferido pelo locutor. Para o autor, esses diálogos não se apresentam apenas em conversas espontâneas, mas sim em toda situação de linguagem entre dois

falantes de uma língua no momento da comunicação, referindo-se ao que ele denomina de princípio dialógico da linguagem.

A atividade da linguagem assenta-se essencialmente em um processo dialógico, em que o locutor e o interlocutor assumem uma função ativa, mesmo no discurso “isolado”. Para Bakhtin (2006) não existe o discurso isolado (discurso adônico) ou enunciadores primários, pois o ser humano encontra no mundo os discursos já existentes, não acabados, uma vez que ele tem autonomia relativa em relação a esses discursos, e para quais será um respondente. Ora, nenhum discurso é totalmente “inédito”, pois ele traz ecos de outros discursos, ou seja, discursos de outras pessoas, instituições etc., reorganizados dialogicamente nas falas dos sujeitos, no qual são mais explicitamente marcados pelos recursos utilizados pelos falantes no momento da interação.

Para Bakhtin (2006), a linguagem entre os interlocutores tem a interação como o princípio fundamental, sendo a linguagem o que dá sentido às palavras e ações entre os interlocutores na realização do diálogo. Essa linguagem é convencionada em uma comunidade de falantes, na esfera discursiva na qual esse falante se encontra, onde as ações de linguagem passam a ser compreendidas no momento da interação entre os sujeitos, sendo que “a palavra é território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN, 2006, p. 113).

O autor concebe que não há possibilidade de realização da linguagem sem o interlocutor, mesmo que virtual, uma vez que a palavra é dirigida a alguém e que esta tem caráter responsivo. Para o locutor, o interlocutor representa sempre uma atitude responsiva ativa, pois o locutor espera, no momento da ação proposta no ato de fala, uma resposta do seu interlocutor. Por isso, não há como imaginar uma situação de linguagem em que o sujeito está fora de suas relações com outros sujeitos. A realização do processo dialógico necessita da presença de um interlocutor no momento da interação verbal, uma vez que a enunciação envolve o processo de compreensão da palavra de um para o outro, sendo ela socialmente contextualizada, tornando-se um produto social.

Os estudos linguísticos na perspectiva dialógica não estão voltados para a frase, nem para as unidades linguísticas menores que a frase, mas para o enunciado como “unidade real de comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 293).

No enunciado está o significado das palavras e das unidades linguísticas onde se encontra a potencialidade do sentido. Esse sentido encontra-se no discurso que surge em um dado momento da interação entre os sujeitos participantes desse discurso e

que é permeado por vozes de outros discursos que entrecruzam seu interior, na qual são tipos de enunciados, relativamente estáveis e normativos, vinculados a uma situação comunicativa social. Ora, o enunciado é como o elemento da comunicação em relação indissociável com a vida, e para Bakhtin (2006) ele também é compreendido como ato de fala.

Para este autor, o tema importante dos seus estudos são os princípios dialógicos, cuja concepção de linguagem é que ela é dialógica por natureza. Se o indivíduo é um ser socialmente constituído através do diálogo com o outro, então, ser socialmente constituído significa comunicar-se, e o que é dialógico, naturalmente, está na vida de cada sujeito, transformando-se em um constante movimento interativo com o interlocutor.

Na dimensão vigotskiana da interação social, os processos psicológicos da formação do indivíduo levam em conta o contexto social e o contexto histórico em que as atividades de linguagem ocorrem. Segundo Vygotsky (1999 [1987]), as funções psicológicas superiores são adquiridas no decorrer de um processo de internalização das experiências, sendo a linguagem mediadora desse processo, as quais são vivenciadas pelo sujeito em seu meio sociocultural. Essa linguagem seria o instrumento modificador das ações/comportamento do indivíduo em seu meio social. Isso confirma o que diz Vygotsky (1998 [1984], p. 62-63) a respeito de que

[...] o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sócio-cultural da criança [...] O crescimento intelectual da criança depende dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem.

Para o autor, o aprendizado e desenvolvimento do indivíduo ainda criança encontram-se inter-relacionados e em constante interação, ou seja, tudo o que está no indivíduo primeiro aconteceu no social. Nesse processo de apropriação das informações (elementos) que está no social, o indivíduo as transforma de maneira que a experiência seja única e própria do que ele viveu, podendo devolver à sociedade os elementos apropriados sempre de maneira diferente, num recriar (interno) contínuo.

O ser humano está sempre em constante transformação, interagindo com o meio, modificando-o e se modificando. É na convivência em seu meio social (casa, escola, trabalho) que o indivíduo interage com o outro, trocando experiências, aprendendo e se desenvolvendo, o que para Vygotsky seria a relação entre desenvolvimento e

aprendizagem. Segundo o autor, a aprendizagem orienta e estimula o desenvolvimento, de forma que o saber acumulado pela sociedade e transmitido formalmente pela escola instrumentaliza o aluno para agir nessa sociedade e permite, por meio da aprendizagem, o seu desenvolvimento.

Para o autor, a aprendizagem sempre inclui relações entre pessoas, uma vez que o desenvolvimento humano não está pronto e conhecido antecipadamente dentro de cada indivíduo, mas é atualizado com o passar do tempo no processo interativo com o outro. Por entender que a aprendizagem é que determina o desenvolvimento, o autor formula o conceito de *zona de desenvolvimento proximal* (ZDP) o que nos mostra como acontece a influência entre aprendizagem e desenvolvimento no processo de internalização da linguagem pela criança. Segundo ele, devemos considerar dois níveis de desenvolvimento, o primeiro seria o desenvolvimento efetivo, que seria o já realizado; e o segundo, seria a zona de desenvolvimento potencial que ainda está por ser realizado, pois ainda não faz parte do repertório da criança, o que seria algo voltado para o futuro. A efetivação do desenvolvimento da criança só acontece no social, pois é nele que se realiza a apropriação do desenvolvimento dos comportamentos humanos.

Em suma, a proposta sociointeracionista de Vygotsky para o ISD contribuiu teoricamente, principalmente, quanto ao desenvolvimento do indivíduo e o meio social e o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, para o qual o autor concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro.

Outra contribuição ao ISD vem da sociologia, com o alemão Junger Habermas, sociólogo e filósofo, herdeiro da Escola de Frankfurt⁵ e um dos representantes mais conhecidos da teoria crítica na atualidade.

Seguindo a tradição da Escola de Frankfurt, Habermas faz uma crítica ao positivismo e à técnica em sua obra “Técnica e Ciência Como Ideologia”.

Na sua obra principal, a “Teoria da Ação Comunicativa”, o autor analisa a sociedade moderna em que se aplicam os métodos da filosofia junto com os da sociologia (a filosofia social e a filosofia da linguagem), porém, sendo essa linguagem uma forma de comunicação.

⁵ Movimento intelectual que ocorreu em torno do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, criado em 1923, tendo como organizadores Felix Weil, Karl Korsch, George Lukács, Friedrich Pollock, Karl Wittfogel e outros. Preocupava-se em fazer uma análise crítica dos problemas da sociedade moderna através da Teoria Crítica da Sociedade. Em síntese, uma Escola de pensamento alicerçada em uma filosofia social inspirada em Marx. (Revista Cult, Edição 136, ano 2009).

Para este filósofo, o agir instrumental compreende o que acontece dentro de uma construção que permeia as ações orientadas para o êxito ou à compreensão interpessoal, com as situações sociais, ou não. Seria uma forma de ação social, em que participantes se envolvem em igualdade de condições para expressar ou para conduzir opiniões pessoais, sem qualquer coerção, e decidir, pelo princípio do melhor argumento, ações que visam determinar sua vida. A totalidade de entidades sobre as quais essas afirmações são possíveis seriam os mundos em que o autor apresenta as atividades a partir do entendimento da ação comunicativa:

- ⇒ As atividades instrumentais, que são aquelas orientadas em situações não sociais;
- ⇒ As atividades estratégicas, que são aquelas orientadas ao êxito em situações sociais;
- ⇒ As atividades comunicativas, que são aquelas orientadas à compreensão interpessoal em situações sociais.

Esse autor propõe a razão comunicativa como uma nova teoria da razão. Essa teoria apoia-se na filosofia linguística e não na razão da filosofia da consciência, pois, para ele, a razão comunicativa propõe uma nova visão de mundo. O autor vai mais além nos seus estudos, procurando novas fontes em outros campos de investigação em busca de novas teorias da crítica social. Ele toma como base a filosofia da linguagem para sua teoria da comunicação, na qual ele ancora sua teoria nos estudos da pragmática, nos atos de fala de Austin e Searle.

Em sua Teoria da Ação Comunicativa, ele afirma que os indivíduos, além da competência, têm o desprendimento de agir para o estabelecimento do diálogo, tendo em vista a sua realização pessoal e coletiva. Esse diálogo se estabelece sobre fundamentos éticos e comportamentais.

Para tornar possível a ação comunicativa, é necessário que todas as verdades anteriormente consideradas válidas e inabaláveis possam ser questionadas e que todas as normas sociais se tornem resultado de uma negociação na qual se busque o consenso pelo melhor argumento em um clima de respeito e reciprocidade. A ação comunicativa é a necessidade dos seres humanos de se comunicarem por meio de um diálogo argumentado.

Ora, seria por meio de uma situação de mediação entre dois sujeitos em espaços e condições para que as razões deles fossem postas e devidamente argumentadas é que se daria a ação desse diálogo. No diálogo argumentado constroem-se unidades de sentido e de rumos a serem seguidos conjuntamente.

As ações dos indivíduos são tematizadas, e os atos de fala pretendem transmitir o sentido do que é dito, com propósito explicativo, na intenção de se dizer algo sobre o mundo. Esse mundo seria a totalidade das entidades sobre as quais afirmações verdadeiras são possíveis.

Desde a perspectiva dos participantes em uma situação, o mundo da vida aparece como contexto formador de horizonte dos processos de entendimento, que delimita a situação de ação e, portanto, permanece inacessível à tematização. (HABERMAS, 1983, p. 494)

Os mundos, segundo o autor, seriam: a) mundo objetivo das coisas; b) mundo social das normas e c) mundo subjetivo dos afetos e que formam o cenário no qual opera a intersubjetividade humana, onde a linguagem é o elemento aglutinador. A partir dessa discussão é que ele, com fundamento na visão intersubjetiva, lança um novo paradigma. Habermas (1983, p. 171) vai dizer que

A ação comunicativa baseia-se em um processamento cooperativo de interpretação em que os participantes se referem a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo mesmo quando em sua manifestação sublimem tematicamente um destes três componentes.

Segundo Habermas (1983), as condições de integração funcional de uma sociedade referem-se aos modos com se relacionam o mundo da vida com o meio ambiente que o rodeia e que está controlado só em parte por meio da ação comunicativa dos seres humanos. Esse compromisso se dá a partir da institucionalização e interiorização das orientações de valores.

Já na filosofia da linguagem, o filósofo da linguagem, assim como Bakhtin, Ludwig Wittgenstein (1998), apresenta-nos a “teoria do significado”, através da qual cria o conceito do “jogo de linguagem”. Em consonância com as observações do filósofo russo, Wittgenstein põe em evidência a existência e sobrevivência (ou manutenção) de uma língua através de interações comunicativas, sob a égide do uso e contexto. Para o autor, o significado daquilo que dizemos/escrevemos/ouvimos está diretamente ligado à maneira

como dizemos/escrevemos/ouvimos. Em suma, nossas ações estão carregadas de intenções comunicativas.

Dessa maneira, o jogo de linguagem seria uma forma de atividade social, em que a linguagem conecta um indivíduo a outro, através de interesses ou propósitos comuns. Para tanto, quanto mais informal for o texto ou o discurso mais ruídos e entropias, como acontece no caso dos textos artísticos.

Quanto mais formal for o texto, menos entrópico e ambíguo, como é o caso das correspondências oficiais que propõem uma escrita formal voltada para o uso dos padrões da norma culta da língua, da imparcialidade e clareza nos textos, prezando pela elaboração de textos não ambíguos.

Entendemos que, para nos comunicarmos, usamos códigos vigentes em um determinado ambiente, e que, dependendo do referido “local”, esses códigos podem vir a ter significados os mais distintos. Ora, isso acontece quando dirigimos uma mesma palavra ou termo sintático em ambientes de culturas diferentes como, por exemplo, se nos dirigirmos a uma pessoa a quem atribuímos o uso das palavras “moleque” e “esperto”, em um sentido pejorativo, essas palavras podem ser associadas à marginalidade ou irresponsabilidade, mas, por outro lado, em outro ambiente “moleque esperto” é justamente “aquele que estuda, ajuda em casa e se mantém longe de encrenca”.

Nesse caso, a interpretação da palavra, significado da expressão, não depende, essencialmente, das intenções do falante, mas, das intenções que são formadas e que tornam possíveis as próprias palavras, por meio dos hábitos, das práticas e das instituições de uma comunidade linguística, o que para Wittgenstein (1989, p. 113) seria o mesmo que “[...] a intenção [de pronunciar palavra] está inserida na situação, nos hábitos humanos e nas instituições. [...]. Pensar não é nenhum processo incorpóreo que empresta vida e sentido ao ato de fala, e que pudéssemos separar do falar...”. Sendo assim, o contexto social do uso da palavra influencia no significado dela, pois aquele a quem a dirigimos, no processamento de sua compreensão, buscará sua construção lógica do significado da palavra, na qual a levará ao cerne do seu entendimento para que seja feita a sua interpretação.

2.2 Os parâmetros de produção e análise dos textos na perspectiva do ISD

A proposta anterior foi de apresentar um quadro nocional das teorias que

inspiraram o ISD e de onde nasceram os estudos teóricos propostos pelo Grupo de pesquisadores de Genebra composto especialmente por Bronckart e Schneuwly e Dolz para constituir o interacionismo sociodiscursivo.

Assim, para o ISD, as produções e as atividades de linguagem que ocorrem em determinadas situações sociais conduzem à conscientização, à aprendizagem e, portanto, ao desenvolvimento humano (MACHADO, 2000). A tese defendida pelo ISD é que as condutas humanas são produtos da socialização do homem e as ações de linguagem são desenvolvidas nas interações sociais.

Se o homem é, evidentemente, um organismo vivo e se, como tal, algumas propriedades comportamentais são condicionadas pela configuração do potencial genético e pelas condições de sobrevivência da espécie, essas condutas também revelam capacidades novas (em particular, capacidade de pensamento e de consciência), que foram construídas no curso da evolução, graças à liberação progressiva das restrições biológicas comportamentais, e que continuam a contribuir para a autonomização da espécie em relação às 'leis da Natureza'. (BRONCKART, 1999, p. 21)

Podemos dizer que as atividades humanas são mediadas por instrumentos necessários à ação de linguagem viabilizada pelos gêneros de textos na interação social.

Para Bronckart (1999), os estudos sobre a linguagem, referentes especialmente à estrutura interna dos textos, estão fundamentados no caráter dialógico e interacional da língua, considerando os aspectos ideológicos que formam o signo. O gênero textual é a materialização da interação que se constrói no e pelos sujeitos.

Bronckart (1999) apresenta importantes contribuições à compreensão de como a língua materna pode ser apreendida. Em função dessa abordagem, o autor propõe como elementos de investigação no interior do texto, aspectos de ordem semântica que invocam para o contexto mais imediato da produção de texto, ou seja, a identificação do tema, por tratar-se do “conteúdo referencial semiotizado no texto” (BRONCKART, 1999, p. 80), além de referências à situação de produção e à relação do autor nessa produção.

No estudo do ISD, como proposta de condição de produção e organização interna do texto, o autor apresenta uma proposta teórica de utilização de instrumentos de análise, no qual discute o “folhado textual”, onde está presente a infraestrutura geral do texto que é composta pelo plano geral do texto, pelos discursos e pelas sequências que nele eventualmente aparecem (BRONCKART, 1999).

Os três parâmetros de análise de texto onde se dá a produção textual abrangem: a situação de linguagem, a ação de linguagem e a noção de texto (BRONCKART, 1999). Todo esse processo, caracterizando as condições de produção, propicia a emergência das ações de linguagem.

O autor ainda afirma que, para a produção textual, o agente mobiliza situações de linguagem ancoradas nas representações dos mundos formais (físico, social e subjetivo), os quais exercem influência sobre a produção do texto empírico. Na concepção do autor “[...] A atividade de linguagem é, ao mesmo tempo, o lugar e o meio das interações sociais constitutivas de qualquer conhecimento humano; é nessa prática que se elaboram os mundos discursivos que organizam e semiotizam as representações sociais do mundo” (BRONCKART, 1999). Essas representações sociais que emergem no processo de elaboração do texto do agente são alicerçadas por esses mundos:

1. O mundo objetivo ⇨ refere-se aos parâmetros do ambiente
2. O mundo social ⇨ refere-se à organização da tarefa regulada por normas.
3. O mundo subjetivo ⇨ refere-se aos conhecimentos acumulados na caracterização do que é individual.

Para Bronckart (1999, p. 151), convencionalmente, esses mundos representados pelos agentes humanos são os mundos ordinários, que seriam os três mundos formais postulados por Habermas (1987), conforme apresentamos no início deste capítulo, e aqueles criados pelas atividades de linguagem seriam os mundos virtuais, ou mundos discursivos.

Bronckart (1999), redimensionando os estudos propostos por Benveniste (1991), propõe algumas alterações ao estudo da tese dos mundos discursivos, que seria a oposição entre o mundo do narrar e do expor.

Nos mundos discursivos, construídos na produção textual é que se percebem os tipos de discursos. Esses tipos de discursos fazem parte de dois eixos principais: NARRAR e EXPOR, podendo ser ambos implicados ou autônomos.

As coordenadas gerais dos mundos discursivos podem ser distinguidas como mundos da ordem do narrar (disjunto), sendo que as implicações dos parâmetros de produção podem ou não acontecer, podendo ser interpretada nos discursos de relato (interação ou narração), evidenciados nos textos por elementos como os dêiticos espaciais,

temporais e de pessoa; e nos mundos da ordem do expor (conjunto), quanto aos parâmetros da situação de ação, podem ou não ter relação de implicação ou autonomia, interpretada pelo discurso interativo ou teórico.

Quando o agente produtor do texto se coloca no mundo discursivo do narrar ele é situado em um ‘outro lugar’, mas esse outro lugar, entretanto, deve permanecer como um mundo parecido, ou seja, um mundo que deve ser avaliado ou interpretado por seres humanos que lerão o texto (...) (HAMBURGUER, 1986, apud BRONCKART, 1999), o que seria um NARRAR *realista*, que veicula um conteúdo que pode ser avaliado e interpretado de acordo com o essencial dos critérios de validade do mundo ordinário, e um NARRAR *ficcional*, cujo conteúdo pode apenas ser parcialmente sujeito a uma determinada avaliação. (Grifos do autor).

Sendo o agente produtor situado no mundo da ordem do EXPOR, a situação apresenta-se de maneira diferente, pois o conteúdo temático dos mundos discursivos conjuntos, em princípio, são interpretados à luz dos critérios de validade do mundo ordinário (BRONCKART, 1999).

Segundo Bronckart (1999), os textos ou um segmento de texto podem explicitar a relação que suas instâncias de agentividade mantêm com os parâmetros materiais da ação de linguagem (agente-produtor, interlocutor eventual e sua situação no espaço-tempo). Dessa forma, teríamos um caso de um texto ou segmento de texto que mobiliza ou ‘implica’ os parâmetros da ação de linguagem, com referências dêiticas aos parâmetros, que integrariam o próprio conteúdo temático. Para interpretar esse texto, seria necessário ter acesso a suas condições de produção, ou seja, ao contexto.

Ainda segundo o autor, essa relação pode não ser apresentada, mantendo as instâncias de agentividade do texto em relação de interdependência ou indiferença em relação aos parâmetros da ação de linguagem em curso. Nesse texto ou segmento de texto, apresenta-se uma relação de autonomia com os parâmetros da ação de linguagem e sua interpretação, dessa maneira, não sendo necessário conhecimento algum quanto às condições de produção.

Nesses mundos discursivos existem as seguintes subdivisões:

- ⇒ Mundo do NARRAR (implicado);
- ⇒ Mundo do NARRAR (autônomo);
- ⇒ Mundo do EXPOR (implicado);

⇒ Mundo do EXPOR (autônomo).

Essas representações podem ser identificadas em situações coletivas (situação de ação de linguagem interna) ou individual (situação de linguagem interna). Tanto as atividades de linguagem quanto as ações de linguagem são orientadas pelas coordenadas dos três mundos formais (mundo objetivo, social e subjetivo).

O agente produtor, na elaboração do texto, utiliza-se de algumas representações sobre os mundos formais por meio do contexto de produção e do conteúdo temático do texto a ser produzido.

Essas representações e conhecimentos são importantes para a organização do texto e se evidenciam no primeiro plano, ou mundo físico, por meio dos parâmetros relativos que definem as condições de produção. O agente produtor precisa ter os seguintes conhecimentos:

- a) o lugar da produção (lugar físico onde o texto é produzido);
- b) o momento da produção (espaço de tempo durante o qual o texto é produzido);
- c) o emissor/enunciador (pessoas que produziram o texto);
- d) o receptor/destinatário (a pessoa que percebe concretamente o texto).

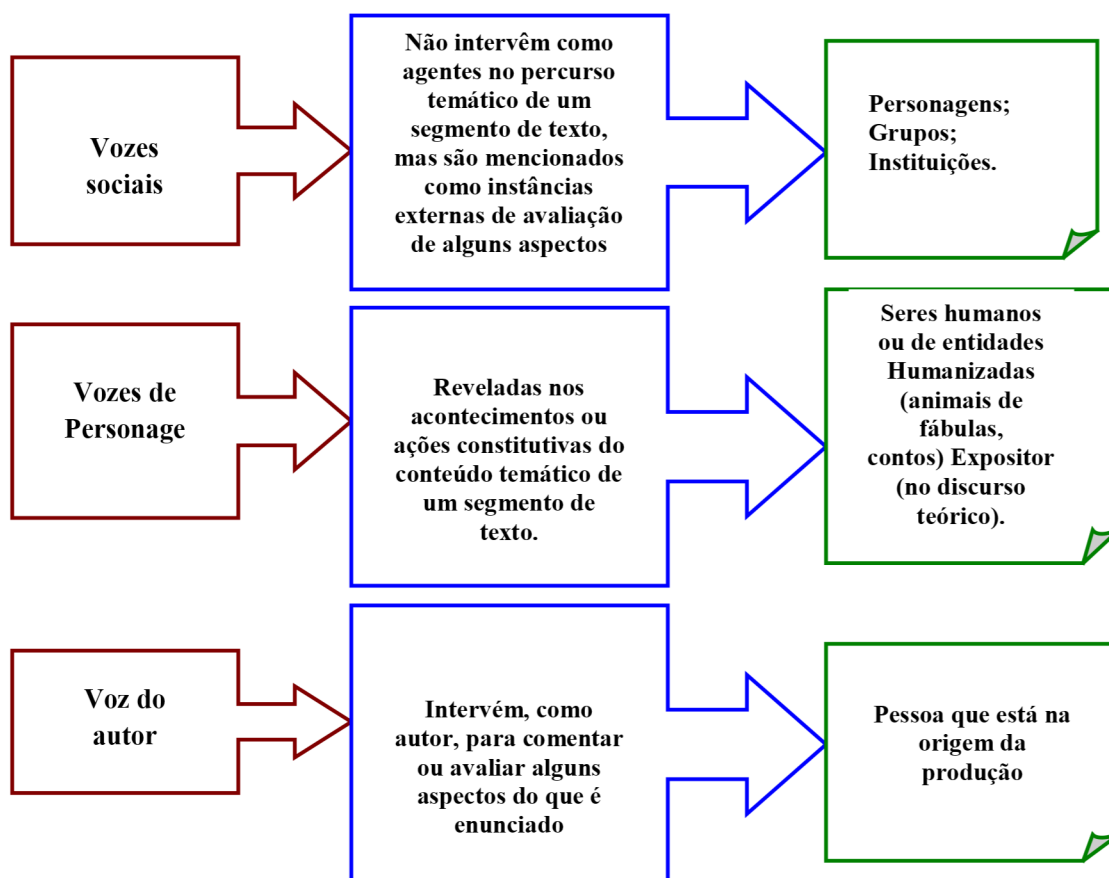
E no segundo plano, ou plano relativo ao mundo sociossubjetivo, no qual o texto está associado às atividades de uma formação social, ou de uma interação social, que implicará o mundo social com seus valores e contratos, e o mundo subjetivo ou na ideia que o agente faz de si mesmo no momento da ação de linguagem (BALTAR, 2006). Esse mundo sociossubjetivo constitui-se de:

- a) lugar social: instituição social ou ambiente social de interação (ambiente discursivo) em que o texto é produzido (mídia, academia, política, escola etc);
- b) posição social do emissor que lhe atribui um estatuto de emissor: papel social desempenhado pelo mesmo na interação (professor, pai, patrão etc.);
- c) posição social do receptor que lhe atribui um papel de destinatário (interlocutor);
- d) objetivo da interação social ou efeito: ponto de vista do enunciador, que o texto poderá ser produzido no destinatário.

No texto surgem diferentes vozes (vozes de personagens, vozes sociais e voz do autor empírico), que, segundo Bronckart (1999, p. 95 e 130), aparecem no texto e traduzem as diversas avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) sobre alguns aspectos do conteúdo temático.

Segundo Bronckart (1999), o agente produtor pode expressar-se em seu próprio nome, porém, pode expressar o pensamento em nome de alguma instituição ou personagem, desempenhando diferentes papéis enunciativos (papel de pai, professor, aluno), aos quais é atribuída a responsabilidade do que é declarado nas palavras utilizadas no texto, sendo importante que, no texto, o agente saiba distinguir o estatuto de emissor e de receptor do de enunciator/destinatário. Assim, para melhor explicação, adaptamos o quadro apresentado por Souza (2003) por um esquema que demonstra o conceito de vozes proposto por Bronckart (1999).

Figura 01 – CONCEITO E DESCRIÇÃO DAS VOZES



Fonte: SOUZA, E. G. de. *Dissertação: Gênero ou tipo textual? In: Tecendo textos, construindo experiências. Ed. Lucena, p. 163-183, 2003.*

O folhado textual ou a infraestrutura geral do texto é construído pelos tipos de discurso, assim nomeado pelo autor de **discurso interativo, discurso teórico, relato interativo, narração e discurso misto interativo-teórico** (BRONCKART, 1999, p. 167). É nos tipos de discursos que se constituem os diferentes segmentos que o texto comporta, assim como o procedimento que o autor denomina como encaixamento, isto é, como um conjunto de procedimentos que explicitam a relação de dependência de um segmento em relação ao outro. São eles que correspondem a mundos discursivos construídos no processo de produção do texto.

Bronckart (1999) denomina na organização interna o “plano de texto” no qual se encontram os organizadores textuais que, no conjunto do texto colaboram para a construção da coerência textual constituída pelos mecanismos de conexão, coesão nominal e coesão verbal.

Os mecanismos de textualização tornam visível a estrutura do conteúdo temático, que estão “Fundamentalmente ligados à linearidade do texto (...), tendo em vista o destinatário, as grandes articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais do texto” (BRONCKART, 1999, p. 122) e os mecanismos enunciativos que, segundo o autor, é onde se apresenta o tipo de relação que se estabelece entre o agente produtor e seus destinatários, bem como a explicitação das vozes e modalizações (lógicas, deônticas, apreciativas, pragmáticas).

Os mecanismos enunciativos colaboram com a coerência pragmática do texto, é onde se evidenciam as avaliações, julgamentos, opiniões, sentimentos, orientando o co-emissor na sua interpretação. São nos tipos de discursos que se evidenciam esses mecanismos. Para melhor explicação, tomamos por empréstimo o quadro apresentado por Souza (2003)⁶ para demonstrar as categorias e conceitos das modalizações propostas por Bronckart (1999).

⁶ Artigo intitulado: **Dissertação: Gênero ou tipo textual? In: Tecendo textos, construindo experiências. Ed. Lucena, p. 163-183, 2003.**

TABELA 1 – CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DAS MODALIZAÇÕES

<i>CATEGORIA</i>	<i>APOIADAS EM CRITÉRIOS DEFINEM O MUNDO.</i>	<i>MARCAS DE MODALIZAÇÕES EVIDENCIADAS POR EXPRESSÕES LINGÜÍSTICAS</i>	<i>EXEMPLO</i>
Modalizações lógicas Avaliação de alguns elementos do conteúdo temático apoiado no mundo objetivo, cujos elementos são considerados fatos possíveis, eventuais e necessários.	Objetivo	Tempos verbais do condicional Auxiliares, Verbos, Orações impessoais, etc.	“O departamento, <u>segundo</u> <u>Regimento da UFPB</u> , é a “primeira instância de deliberação em matéria didático-científica e administrativa no âmbito da sua atuação (cito Art. 11, secção II, do referido Regimento)”.
Modalizações deônticas Avaliação de um elemento do conteúdo temático, apoiada nos valores, nas opiniões e nas regras que constituem o mundo social.	Social	Tempos verbais do condicional Auxiliares, Verbos, Orações impessoais, etc.	“Impreterivelmente no dia 30 deste mês estaremos devolvendo os formulários à SRH, portanto solicitamos a atenção de todo(a)s no sentido de preencherem e devolverem os formulários, como dito acima, até o dia 29 do mês corrente”.
Modalizações apreciativas Avaliações de alguns aspectos do conteúdo temático, procedente do mundo subjetivo da voz que é fonte desse julgamento.	Subjetivo	Advérbios Orações adverbiais.	“[...] O que precisamos lembrar é que somos, além de servidores públicos, todos humanos e, portanto, suscetíveis a ficarmos doentes. Além disso, estamos aqui para tentarmos solucionar <u>sempre da melhor forma possível</u> os problemas que envolvam o nosso departamento, através do diálogo cordial com os nossos pares”.
Modalizações pragmáticas⁷ Concorrem para esclarecer alguns aspectos da responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático (personagem, grupo social, instituição, etc.).	Subjetivo Social	Auxiliares de modo, em sua forma restrita e ampliada.	“Assim sendo, <u>estamos remetendo</u> para análise e providências PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA, a fim de que sejam viabilizadas as necessárias condições para sua implementação, com vistas ao seu efetivo funcionamento”.

O uso dos mecanismos, na situação de produção, se dá de forma gradativa pelo agente produtor, pois ele passa a utilizar-se desses instrumentos não mais de forma

⁷ Segundo Bronckart (1999), diferentemente das outras três modalizações, a modalização pragmática não está caracterizada no mundo social de Habermas. Porém, segundo Estrela (2010, p. 63), ela está enquadrada entre o mundo social e o mundo subjetivo em função dos julgamentos, se forem fundadas em avaliações tanto sociais quanto subjetivas.

mecânica, mas consciente do processo de elaboração do gênero. O autor refere-se, em um plano mais geral de apresentação, ao conteúdo temático referente às principais idéias elencadas na constituição de cada gênero, aos mecanismos de textualização e de enunciação.

No plano geral do texto, isto é, na construção do sentido do texto, é que o autor discute os mecanismos de textualização que “contribuem para o estabelecimento da coerência temática” (BRONCKART, 1999, p. 122), considerando os interlocutores, o espaço e a temporalidade de construção do texto. Neste sentido é que se apresentam como elementos a conexão, a coesão nominal e a coesão verbal.

Os estudos dos mecanismos enunciativos, segundo o ISD, evidenciam que eles têm implicação no agir de seus sujeitos, orientando os seus interlocutores na interpretação do conteúdo temático no texto.

Estes mecanismos estão amparados nos mundo discursivos apresentados por Bronckart e expressa avaliações do enunciador sobre valor de verdade, valores sociais, avaliações subjetivas e do personagem em relação a sua ação (PEREIRA, 2009, p. 188).

No próximo capítulo, será feita a descrição metodológica empregada nesta pesquisa e análise dos dados.

3. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentaremos os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, no qual será feita a descrição metodológica nela empregada.

Procuraremos apresentar as ferramentas metodológicas usadas para levantamento dos dados relacionadas à produção do gênero memorando pelos produtores do texto na UFPB.

Em seguida, apresentaremos a análise dos dados coletados com base nas categorias de análise do ISD.

3.1 A natureza da pesquisa

Em nossa pesquisa adotamos a natureza da abordagem qualitativa, caracterizada pelo enfoque interpretativo, uma vez que partimos da observação do *corpus*

para, de acordo com o material coletado, elaborar respostas para a problemática em questão, por meio das discussões teóricas levantadas.

Do ponto de vista de análise do objeto ela é uma pesquisa explicativa e descritiva, já que nos utilizaremos do método de observação do *corpus* para identificarmos os fatores que contribuem ou determinam os elementos das categorias de análise e, em seguida, descreveremos sua implicação no texto, a partir do levantamento e observação desses elementos constituintes. Em nosso procedimento técnico, fizemos uso da pesquisa documental já que coletamos os documentos em diferentes setores/Centros e Assessorias de uma IFES.

Quanto ao método de análise dos dados, as investigações se desenvolveram com:

- ✧ A coleta, seleção e armazenamento dos memorandos investigados;
- ✧ O levantamento das modalizações e vozes presentes nos textos;
- ✧ A reflexão teórica a partir da descrição e da análise de dados obtidos e sistematização dos resultados.

O órgão público escolhido para a coleta dos dados para compor o *corpus* para a investigação, foi a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição federal de ensino superior (IFES), localizada na cidade de João Pessoa/PB, Campus I.

O corpus de nossa pesquisa é composto por memorandos expedidos pelas direções dos Centros e da Assessoria do Gabinete do Reitor da UFPB, sendo que os Centros escolhidos foram:

- ✧ Centro de Ciências Jurídicas,
- ✧ Centro de Ciências da Saúde e o
- ✧ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, mais precisamente o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba.

Os documentos coletados foram classificados por Centros Acadêmicos distintos e estão identificados, na parte de análise dos textos, por cada Centro denominados pelas siglas de identificação de cada um deles, a saber: Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);

Centro de Ciências da Saúde (CCS); Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) e Gabinete do Reitor (GR), além do número de ordem de expedição do MEMO,

Optamos por escolher essas unidades acadêmicas considerando a diversidade de textos e a Instância discursiva em que se enquadra cada unidade e a possibilidade de obtermos textos de áreas diferenciadas que pudessem revelar formas particulares na elaboração do gênero.

A nossa pesquisa envolve um número de 40 (quarenta) memorandos, sendo 10 (dez) documentos da assessoria do Gabinete do Reitor e outros 10 (dez) de cada Centro. A escolha dos memorandos foi feita de forma aleatória sem escolha específica de tipo, período ou data de elaboração.

Inicialmente, a proposta da pesquisa era que fossem coletados os memorandos que tivessem sido elaborados por secretários executivos que exerciam as atividades nos Centros Acadêmicos da UFPB. No entanto, no percurso de coleta dos memorandos nas unidades acadêmicas escolhidas, percebemos que nem toda unidade onde foram coletados os documentos havia secretários executivos ocupando o cargo de fato e de direito, e que essa função era, principalmente, ocupada por funcionários de outros cargos como: assistentes em administração, auxiliares em administração, telefonistas, contínuos, dentre outros.

Outra informação que obtivemos por meio de diálogo informal com os secretários foi que, alguns chefes de departamento elaboravam os textos dos documentos, porque em algumas unidades o cargo não era ocupado por nenhum funcionário. Ou seja, o diretor do centro ou chefe do departamento se ocupava da função de secretário no momento em que precisava elaborar um documento em função da unidade acadêmica que representava.

Portanto, a partir dessas informações, ainda que informais e não registradas em questionários ou outro instrumento metodológico de pesquisa, ficou resolvido que seriam considerados como *corpus* de análise da pesquisa os MEMOS elaborados nos setores e unidades administrativas, sem considerar exclusivamente o profissional de secretariado nessa função, mas todo aquele responsável enunciativamente pelo texto.

3.2 O contexto de produção

A nossa intenção em analisar as modalizações e vozes em textos da correspondência oficial no memorando tem como intuito observar a prática de escrita dos ocupantes do cargo de secretários que trabalham na elaboração desse gênero textual da redação oficial na UFPB.

Verificaremos, na materialização do texto empírico, as modalizações presentes, segundo a perspectiva bronckartiana, por meio da qual levaremos em consideração as características do tipo de documento utilizado na ação comunicativa do agente produtor para o seu interlocutor.

Lembramos que o memorando é um documento que tem como característica o uso da linguagem clara, objetiva, concisa, e que propõe ao sujeito que se utilize da imparcialidade nos textos, não se esquecendo de zelar pelo padrão culto da língua, conforme exigência no art. 37, item I da Constituição Federal.

Em nossa pesquisa, verificaremos até que ponto essa imparcialidade se faz presente nesses memorandos, e, em caso negativo, como o agente produtor deixa marcas e posicionamentos enunciativos “transgredindo” o que é regra nas atribuições da elaboração desse gênero textual.

Segundo Bronckart (1999), o conjunto de parâmetros físicos do contexto de produção engloba as representações sobre um ato verbal concreto, realizado por uma pessoa situada no tempo e no espaço.

As categorias em torno das quais são definidos os quatro elementos que definem esses parâmetros são:

- ↳ **O lugar de produção:** o ambiente acadêmico
- ↳ **Momento da produção:** data (dia, mês e ano) e hora em que foram produzidos os memorandos pelos agentes produtores.
- ↳ **Emissor:** agente produtor dos textos, autor (Assistentes Administrativos, Secretários Executivos, Chefes de departamento, Coordenadores e Diretores de Centros, Assessor do Reitor).
- ↳ **Receptor:** Interlocutor (Assistentes Administrativos, Secretários Executivos, Chefes de departamento, Coordenadores e Diretores de Centros, Assessor do Reitor).

Quanto ao conjunto de parâmetros sociossubjetivos, estes envolvem as representações sobre os elementos de uma intenção comunicativa, realizada por uma pessoa submetida às normas, valores, regras sociais e à sua própria subjetividade:

- ✍ **O lugar social:** Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- ✍ **Posição social do emissor e seu papel na interação:** chefes, diretores, colegas de trabalho, reitor etc.
- ✍ **Posição social do receptor e seu papel na interação:** reitor, chefe gabinete, diretores de centro e chefe do departamento, colegas de trabalho, superiores hierárquicos.
- ✍ **Objetivo:** efeito que o autor quer produzir no destinatário em relação a sua própria imagem.
- ✍ **Ato comunicativo (efeito):** pedir, solicitar providência, avaliar, argumentar, informar, responder etc.

Esses parâmetros agem considerando diferentes determinações que se organizam nos sistemas denominados de mundos formais ou representados (BRONCKART, 1999).

Na situação de agente produtor do texto, o enunciador aciona seu conhecimento prévio de informações, exercendo os papéis sociais a serem assumidos por ele no processo de escrita, tendo em vista que, em algumas situações, o destinatário não é apenas um. Isto leva o enunciador a fazer a escolha do gênero textual a ser utilizado para alcançar o propósito comunicativo da ação, o que para a comunicação de circulação interna em órgão público seria o gênero memorando.

Além disso, dependendo do papel social assumido pelo enunciador, ele pode ter mais de um objetivo (representações) a ser alcançado, dessa forma, o texto pode apresentar os vários papéis assumidos por ele, evidenciados por meio das marcas enunciativas e vozes no texto.

Em conversa informal com alguns secretários das unidades, obtivemos a informação que, quanto à elaboração dos documentos por estes secretários, o uso do Manual de Redação Oficial foi de grande ajuda, pois faltava a desenvoltura para a escrita dos textos, e esses compêndios serviram de norteadores para a orientação na produção dos

documentos. Alguns dos funcionários recebem a orientação da tarefa de seus chefes, geralmente por meio de comunicação oral, ou por meio de uma minuta contendo os dados (destinatário, o assunto e o propósito), porém, há momentos em que o documento já chega rascunhado pelo chefe.

Por um tempo, na UFPB, a maioria dos chefes, diretores, coordenadores, na falta do profissional de secretariado, assumiram esse papel, e passaram, eles mesmos, a redigir os documentos do departamento, por motivo da falta de pessoal para assumir esse cargo ou por questão da falta de capacitação e qualificação daqueles (técnico administrativos) que assumiam esse cargo e que, muitas vezes, estavam no cargo de recepcionistas, ou por questão (ou não) de sigilo documental.

Segundo informação da Divisão, Seleção e Aperfeiçoamento da UFPB, na época da pesquisa, em 2010, o primeiro concurso que houve na Instituição com a solicitação de vagas para secretários executivos de formação foi no ano de 2004. Porém, o número de candidatos solicitados não foi capaz de suprir a necessidade de todos os Centros e Departamentos, uma vez que todos os 07 (sete) secretários nomeados ficaram distribuídos nas Pró-reitorias. Por esse motivo, os Centros e Departamentos continuaram sem secretários executivos, e os funcionários que já exerciam a função de secretariado e que, inclusive, estavam em desvio de função, continuaram assumindo esse cargo e, dessa forma, tantos esses funcionários como algumas chefias continuaram com a prática de elaborar os referidos documentos.

Deixamos claro aqui que não queremos desmerecer os profissionais que não são graduados em secretariado, mas que assumem essa função em órgãos públicos e empresas privadas, uma vez que eles muitas vezes assumem esta função com dedicação e presteza. Porém, o que queremos deixar explícito é que na materialidade do texto as marcas enunciativas evidenciam a autoria daqueles que o escrevem, apresentando como este aspecto socio subjetivo interfere no contexto de produção do texto.

No capítulo I, item 2.1, nós apresentamos o histórico da profissão de secretário, descrevendo a importância do profissional em compartilhar os assuntos que circulam nos setores (chefe e secretário), uma vez que se atribui a este profissional a confiança e liderança a serem assumidas na ausência da chefia. O texto construído a quatro mãos pelo secretário e chefe, representa a confiança e cumplicidade do assunto a ser repassado para o papel.

O texto construído dessa maneira faz com que o autor gerencie os papéis sociais que lhe são atribuídos no processo de escrita. Ao secretário, cabe o papel de contextualizador (quando ele e o chefe constroem em conjunto o texto a ser encaminhado ao interlocutor), textualizador (quando ele apenas transcreve o texto), e, algumas vezes, o papel de autor (quando ele, sob o consentimento do chefe, assume o papel de autor em sua ausência, elaborando e assinando o documento), dessa forma, surgem no texto diferentes enunciadores/vozes que designam o estatuto sociossubjetivo do autor.

Nos textos oficiais, o autor é aquele que assina ao mesmo tempo em que assume o papel de representante da Instituição, com o intuito de conferir a imparcialidade exigida pela redação oficial nesse tipo de texto. Ou seja, a pessoa que surge no texto é aquela que, em primeiro lugar, apresenta-se como Instituição. Ela fala ao interlocutor pela instituição em que trabalha o que contribui para definir o papel social exercido, e nesse caso, os aspectos sociossubjetivos, ficando em segundo plano nesse tipo de documento.

Ainda que o autor seja o Reitor, o Coordenador, o Diretor, o Chefe ou o Secretário etc., sempre falará em nome da Entidade Enunciativa. Mas mesmo que o gênero seja formuláico, eles não são produzidos como cópias integrais de outros documentos e tem uma “pessoa” que fala e é responsável pelo texto, dessa forma, a imparcialidade defendida nos textos da Redação Oficial nem sempre é possível.

3.3 O agir comunicativo

O memorando, assim como os documentos da redação oficial, tem uma estrutura rígida a ser seguida na sua composição. Na estrutura do documento os elementos paratextuais contribuem com uma parcela de significação para formar o sentido global do texto representado pelo número do documento e sigla de identificação de sua origem; data; destinatário do memorando; assunto; texto; fecho; nome e cargo do signatário da comunicação. Entendemos que na falta de alguns desses elementos o documento ficará desconfigurado segundo, a exigência da forma padrão do gênero.

Em seguida, podemos observar um exemplo de memorando com os elementos que o configuram. Já que estamos fazendo a análise de um gênero textual utilizado na correspondência oficial interna, cabe a nós observarmos questões quanto à

arquitextualidade⁸ do gênero, e, principalmente, questões referentes à estrutura do documento.

Também é dispensável o fecho e não cabem fórmulas de cortesia quando se trata de memorando interno, podendo ser admitida no caso do memorando interdepartamental. Neste tipo de documento, é ideal que ele seja assinado pela unidade que o expede. Isso contribui para que o texto, ainda que seja produzido pelo secretário (agente produtor empírico), receba a assinatura do seu chefe imediato, atribuindo-lhe o estatuto de autor do documento. Na estrutura do documento (MEDEIROS, 2008), é apresentado:

- ✍ O número do documento e sigla de identificação de sua origem: essas informações devem estar na margem esquerda superior do expediente.
- ✍ Data: deve estar na mesma linha do número de identificação do memorando.
- ✍ Destinatário do memorando: no alto da comunicação, depois dos itens a e b, acima indicados; o destinatário é mencionado pelo cargo que ocupa.
- ✍ Assunto: resumo do teor da comunicação, digitado em espaço simples.
- ✍ Texto: desenvolvimento do teor da comunicação. Todos os parágrafos devem ser enumerados, na margem esquerda do corpo do texto, excetuando o primeiro e o fecho (este procedimento facilita eventuais remissões a passagens específicas, em despachos ou em respostas à comunicação original).
- ✍ Fecho. Para isso há duas formas de uso: “respeitosamente” para autoridades superiores e, “atenciosamente”, para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.
- ✍ Nome e cargo do signatário da comunicação.

⁸ Bronckart (2006, p. 145) arquitetualidade (GENETTE, 1979), imprimindo ao intertexto o sentido de organização de textos preexistente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA GABINETE DO REITOR		Email: gabinete@reitoria.ufpb.br http://www.ufpb.br Fone: (83) 3216-7150 Fax: (83) 3225-1901
--	---	---

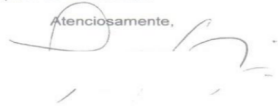
Memorando nº 025/CG Em 9 de abril de 2010.

Ao Senhor Pró-Reitor de Administração
Assunto: Suprimento de fundos

Solicito a Vossa Senhoria – caráter de urgência
urgentíssima – providências necessárias à concessão de suprimento de fundo,
com recursos deste Gabinete, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em nome do
servidor técnico-administrativo motorista,
matrícula Siape nº _____, com a finalidade custear despesa com combustíveis,
em viagem realizada por veículo da UFPB – dirigido pelo servidor em referência –
à cidade Porto Seguro-BA, no propósito de conduzir estudantes do Curso de
Pedagogia, os quais participarão do *Congresso Internacional da Costa da
Descoberta*: políticas públicas e práticas educativas.

Informamos que a viagem de ida ocorrerá no próximo dia 13,
com retorno programado para 18 do corrente.

Atenciosamente,



Endereço: Edifício da Reitoria, 1º andar- Cidade Universitária CEP: 58051-900-João Pessoa-PB

Verificando os elementos constitutivos de um documento que tem função a comunicação interna, seja ela pública ou privada, Zanotto (2005) diz que o timbre no documento é composto pelos indicadores, pelos localizadores e elementos de contato do documento.

O **identificador** é o elemento correspondente à logomarca da Instituição, a Bastra (brasão do Governo Federal, Estadual ou Municipal). No memorando exemplo, encontramos esse elemento representado pelo nome da Instituição, do Centro e do Departamento, localizados no cabeçalho e rodapé da página de cada MEMO.

Já os **localizadores** correspondem ao espaço onde o autor dirige-se ao interlocutor (BRASIL, 2002). Este elemento encontra-se acima da página do documento, logo abaixo do número do memorando e seria o local para onde será destinado ou a quem será destinado o memorando, por exemplo: “Ao Senhor Pró-Reitor de Administração”. Entende-se que esse tratamento é para que seja mantida a imparcialidade nos textos, ou seja, o distanciamento característico desse tipo de documento. É difícil encontrar MEMOS nos quais é colocado o nome da pessoa a quem se dirige, mas é comum colocar o cargo ou título que ela possui.

Quanto aos **elementos de contato**, encontram-se no corpo do documento, mais precisamente no rodapé e/ou também no cabeçalho, onde se localiza o timbre. Esses são elementos fixos, pois todos os documentos que saem do setor seguem com sua identificação e, portanto, não são elementos redigidos no corpo do documento, embora haja exceção, por exemplo, quando é para informar o endereço do próprio setor, é necessário que se reescreva ou apresente para o que já está escrito no cabeçalho ou rodapé.

3.4 O plano discursivo

A redação do gênero memorando se dá por meio da prescrição e orientações de manuais que se amparam no Manual da Presidência da República, uma vez que é ele que rege todos os compêndios que circulam no mercado, servindo aos usuários como norte para elaboração dos documentos oficiais. A literatura proposta pela redação oficial (manuais, livros de ensino instrumental etc.), muitas vezes, sugere uma escrita reduzida a receitas formais estáticas, ensinadas à maneira prescritiva, remanescente do ensino baseado na abordagem tradicional com ênfase no produto.

Segundo propõem as literaturas referentes ao memorando (MEDEIROS, 2003 e 2008; FERREIRA, 2007; BRASIL, 2002), os papéis comunicativos não são passíveis de inversão, ou seja, a posição social dos participantes é sempre hierárquica e distinta, uma vez que eles representam a unidade organizacional e não a pessoa que escreve o documento. Tendo em vista o parâmetro sociocomunicativo do gênero, a assimetria reflete-se no funcionamento do documento, ocasionado pela regularidade do mesmo.

Quanto ao plano discursivo, o memorando, situa-se no mundo do EXPOR autônomo e implicado, apresentando algumas vezes um discurso teórico mostrando autonomia entre os conteúdos enunciados e o contexto de produção, outras vezes um discurso interativo, quando o autor, em alguns momentos, interage com o interlocutor por meio do texto, quando há em comum um assunto compartilhado entre eles.

O discurso misto, segundo Bronckart (1999), seria o texto que apresenta característica de mais de um tipo de discurso. No memorando pode haver também a presença do discurso narrativo quando o autor relata fatos de uma situação, que, algumas vezes, torna-se pertinente para situar o interlocutor quanto ao conteúdo temático do documento.

Muitas vezes o tema desenvolvido no memorando faz parte do mundo real do autor, como ocorrido em alguns memorandos analisados aqui que tratam de respostas a situações e assuntos com os quais o autor e o interlocutor se mostram envolvidos.

A importância do conteúdo temático se dá porque, a partir do momento em que o autor tem conhecimento do assunto, ele faz as representações necessárias para compor o gênero textual. É no plano discursivo que as representações dos mundos formais, da visão do mundo, dos valores e crenças do autor se apresentam. Esses mundos formais (físico, social e subjetivo) podem exercer influência na produção social do texto (HABERMAS, 1983). O interlocutor toma como parâmetro esse conhecimento do autor para interpretar o seu ponto de vista apresentado no texto e evidenciado em seu discurso. Essa competência do autor envolve o contexto sociossubjetivo em que ele está inserido no momento da produção do texto (BRONCKART, 1999).

Faz parte do contexto sociossubjetivo o mundo social (normas, valores, regras etc) e o mundo subjetivo (imagem que o agente dá de si ao agir) e, partindo do que foi explanado no capítulo I, sobre as capacidades e atuação do profissional secretário, atribuímos a ele, segundo o que lhe é devido como atuante em sua função, a responsabilidade de, dentro da Instituição, quer seja ela pública ou privada, assumir a escrita dos documentos que transitam no ambiente discursivo em que se encontra.

3.3 As implicações entre o uso das modalizações presentes nos memorandos e as marcas de subjetividade

No capítulo 2, apresentamos as funções e denominações das modalizações segundo a proposta de Bronckart (1999), são elas: apreciativa, deôntica, pragmática e lógica. Em princípio, as modalizações, em sua especificidade e característica, surgem no texto contribuindo para orientar o leitor quanto à interpretação do conteúdo temático e, em sua função, estão aliadas ao tipo de discursivo escolhido pelo autor (BALTAR, 2006).

As modalizações, associadas as vozes presentes no texto, fazem parte do que Bronckart (1999) denomina de mecanismos enunciativos e têm como função estabelecer as relações de coerência pragmática no texto, são mecanismos que implicam apreciação, julgamento, sugestões, opiniões etc.

Nos textos são evidenciados os valores, opiniões e avaliações do autor, revelados pelos mecanismos enunciativos, os quais se manifestam pelas representações

humanas discursivas que o autor tem do mundo social em que vive, das instituições, dos seus semelhantes etc., além de revelar a parcela de responsabilidade no texto que o indivíduo tem com o outro e a sociedade.

Em um dos memorandos, mais precisamente no memorando 49-2010 do CCJ, as **modalizações pragmáticas** no texto apresentam o que se refere aos aspectos de responsabilidade do que é atribuído ao Gabinete do Reitor em relação à sua capacidade de ação, intenções, razões, como por exemplo, no trecho: “[...] **estamos remetendo** e providências [...]”, “[...] **com vistas** à integração e orientação das atividades [...]”.

Já as **modalizações apreciativas**, ainda no mesmo documento, surgem como forma de julgamento a uma situação que seria benéfica do ponto de vista da instância enunciativa do texto e, ao mesmo tempo, reforçando um pedido que a autora propõe ao interlocutor, conforme exemplo: “[...] solicitamos as providências **indispensáveis** à segurança [...]” e em: “[...] à autoridade extra universitária competente, **especialmente** [...]”.

Quanto às **modalizações lógicas**, elas são organizadas no mundo objetivo do agente produtor sob o ponto de vista de suas condições de verdade como fato atestado ao que é dito, conforme o trecho: “[...] terá sua implementação no Fórum Regional de Mangabeira [...]” e “[...] **sem quaisquer ônus** para a UFPB [...]”.

No memorando 14-2010 do CCJ, a marca linguística onde se encontra a **modalização deôntica** está no trecho: “[...] **deverá ocorrer**, impreterivelmente, até 20 de agosto do corrente ano” e “[...] **deverá proceder** a abertura [...]”.

Nos memorandos analisados encontramos a presença das quatro modalizações (deôntica, apreciativa, pragmática e lógica) apresentadas por Bronckart (1999), ainda que nesse tipo de documento presuma-se que o texto apresente mais marcas linguísticas com as funções das modalizações lógicas e pragmáticas que as deônticas ou apreciativas, tendo em vista a característica de cada uma delas em relação ao que é exigido quanto à imparcialidade a esse tipo de texto.

- **MEMO Circular 001-2009 (DLCV)**

Caro(a)s colegas,

Conforme informado na nossa última reunião do DLCV (dia 08 de junho), todos nós, professores e funcionários, precisamos preencher e assinar o formulário em anexo para ser devolvido à SRH até o dia 29 deste mês de junho. O formulário deve ser preenchido e devolvido à Chefia do DLCV. Aqueles que não quiserem preencher o formulário devem solicitar à Chefia um outro formulário de Declaração de Bens e Valores. Lembramos que um dos dois formulários TEM que ser preenchido. A obrigatoriedade deve-se, segundo memo-circular da SRH, de 04 de junho do corrente, às determinações contidas no Decreto número 5.483, de 30 de junho de 2005, publicado no D.O.U. de 01 de julho de 2005, na Portaria Interministerial MP/CGU número 298, de 06 de setembro de 2007 e em reiteradas orientações da Controladoria Geral da União na Paraíba.

Ainda segundo o referido memo-circular, da SRH, a não apresentação de um dos formulários poderá ensejar a aplicação do Art. 5 do Decreto número 5.483/2005.

Impreterivelmente no dia 30 deste mês estaremos devolvendo os formulários à SRH, portanto solicitamos a atenção de todo(a)s no sentido de preencherem e devolverem os formulários, como dito acima, até o dia 29 do corrente mês.

No texto acima o autor inicia o assunto compartilhando a informação com seus interlocutores sobre uma situação ocorrida anteriormente, em uma reunião do Departamento. A familiaridade com os interlocutores levou o agente produtor do memorando a fazer uso do vocativo ‘Caro (a)s colegas’. Este, apesar de representar um tratamento pessoal, está em desacordo com a regra exigida na redação dos documentos oficiais, uma vez que o contexto de produção exige uma formalidade.

Utilizando-se dessa forma de tratamento, o autor apresenta uma marca de interação que revela intimidade com os interlocutores do texto, tratando-os como “**colegas**”, pessoas com quem convive no seu dia a dia de trabalho, não exercendo o papel social que o contexto exige.

Entendemos que esse alinhamento por meio do vocativo “**colegas**”, serve para que sua solicitação seja mais bem acolhida, sendo isso uma estratégia pragmática da autora. A adoção de uma posição de superioridade por parte dela poderia causar certa resistência nos interlocutores quanto à pretensa resposta que ela desejava alcançar.

Esta interação é evidenciada como uma relação de simetria, deixando de lado a formalidade exigida nos textos da correspondência oficial, assumindo o papel social de colega de trabalho, professora do departamento. É apresentada no texto, também, marca de subjetividade pelo enunciador, ao fazer uso dos termos: ‘todos nós’ e ‘precisamos’, no trecho: “(...) todos nós, professores e funcionários, precisamos preencher (...)”.

O uso do pronome ‘nós’ na primeira pessoa do plural e do verbo na terceira pessoa do plural ‘precisamos’, também, evidencia a marca de subjetividade, no qual, envolve não só o receptor como também o emissor. Essas marcas de subjetividade funcionam como estratégias argumentativas com o intuito de convencer o interlocutor.

Neste contexto, o autor quebra a formalidade que o texto exige na forma como se dirige ao seu destinatário na comunicação, considerando sua influência sobre os interlocutores parceiros de trabalho, como decisiva para o alcance de seus objetivos expostos no texto, mas, mesmo assim, ele consegue assumir o seu lugar de autoridade ao fazer uso da assinatura no final do documento como chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Isto reflete a importância das escolhas linguístico-discursivas que o autor do texto faz no momento da situação de linguagem, destacada por Bronckart (1999, p. 101):

Essa escolha efetua-se, então, em um confronto entre os valores atribuídos pelo agente aos parâmetros de sua situação de ação (entre as representações que tem do contexto sociosubjetivo de seu agir) e os valores de uso atribuídos aos gêneros disponíveis no intertexto. Essas escolhas apresenta as características de uma verdadeira decisão estratégica: o gênero adotado para realizar a ação de linguagem deverá ser eficaz em relação ao objetivo visado, deverá ser apropriado aos valores do lugar social implicado aos papéis que este gera e, enfim, deverá contribuir para promover a “imagem de si” que o agente submete à avaliação social de sua ação.

Há no texto outras evidências que definem o lugar de autoridade do autor pela presença das modalizações deônticas, mostrando a obrigatoriedade que deve ser seguida pelo interlocutor, apresentadas no trecho: ‘O formulário **deve ser** preenchido (...)’... ‘Aqueles que não quiserem preencher o formulário **devem solicitar** [...]’ e do verbo ‘TEM’. O enunciador, ao fazer uso do verbo ‘TEM’ escrito em letras maiúsculas, procura ‘guiar o olhar’ do interlocutor quanto à importância de se cumprir o que é pedido no texto. Dessa forma, encontramos o posicionamento do enunciador, assumindo o papel social de chefe do departamento. É nesse tipo de situações de linguagem, evidenciadas no contexto de produção, que elas se sobrepõem umas às outras nas representações dos mundos, envolvendo as escolhas e os usos das modalizações e apresentando o tipo de relação que se estabelece entre o agente-produtor e seus destinatários.

Em outro momento encontramos o posicionamento da autora, assumindo o papel social de chefe do departamento, colocando-se em um processo de interação em

igual nível hierárquico com os seus interlocutores, mostrando que, antes de ser chefe, ela exerce a função de professora e, para tanto, é funcionária da Instituição também. Essa marca enunciativa encontra-se na expressão “[...] **todos nós, professores e funcionários** [...]”.

O uso do advérbio “**impreterivelmente**” pelo autor apresenta-se como elemento reforçador, dando ênfase aos elementos atemporais que determinam o prazo de entrega do citado documento o qual todos participantes da ação comunicativa são obrigados a preencher e no qual a autora faz valer sua autoridade com chefe do setor. D

Há um trecho no texto, encontrado no terceiro parágrafo, em que a autora demonstra esperar um efeito de resposta positiva por parte dos seus interlocutores, utilizando-se da informação concreta do mundo objetivo e do mundo social regulado por normas, quando ela se ampara no Decreto 5.483/2005, para informar as penalidades referentes ao não cumprimento, por parte de algum interlocutor (professor), do que é solicitado no teor do MEMO.

Ao mesmo tempo em que ela deixa claro seu propósito, amparando-se na legislação, ela compartilha a responsabilidade com aqueles que integram o corpo docente do Departamento.

- **MEMO DLCV 024/2009**

Sr. Coordenador do Curso,
Professor

Em resposta ao Memo 122/09 - CCA/CCSA/UFPB, através do qual V. Sa. solicita providências no sentido de que as aulas do curso de Português Instrumental, do período 2009.1, do Curso de Administração, sejam regularizadas, já que, conforme o mesmo memo, houve apenas duas aulas da disciplina em questão, temos a informar que a professora responsável pela disciplina, _____, deu entrada, no último dia 29 de maio, em licença para tratamento de saúde por um período de 01 mês. Diante disto, o departamento está providenciando a substituição da professora nas disciplinas sob sua responsabilidade.

Gostaríamos ainda de ressaltar que todos nós sabemos que os docentes são servidores públicos, ou seja, não necessitamos que isto nos seja dito através de Memo pela Coordenação do Curso de Administração. O que precisamos lembrar é que somos, também, além de servidores públicos, todos humanos e, portanto, suscetíveis a ficarmos doentes. Além disso, estamos aqui para tentarmos solucionar sempre da melhor forma possível os problemas que envolvam o nosso departamento, através do diálogo cordial com os nossos pares.

Atenciosamente,

Assim como o MEMO anterior, logo no início do texto, encontramos um trecho que apresenta uma situação de ação de linguagem compartilhada pelos agentes da ação: **“Em resposta ao Memo 122/09 – CCA/CCSA/UFPB, através do qual V. Sa. Solicita providências no sentido de que as aulas de Português Instrumental, do período 2009.1, [...]”**. Esse trecho mostra que ambos os participantes da interação estão envolvidos na solução de um problema e compartilham o conteúdo temático.

O enunciador posiciona-se sobre uma questão potencial do setor que representa, na qual ela expõe argumentos convincentes e próprios da esfera discursiva em que ambos (enunciadora e interlocutor) estão inseridos, amparados em valores do mundo objetivo e que foram mobilizados de forma que o conteúdo do texto apresente elementos pertinentes à sua argumentação.

No segundo parágrafo do documento há presença de vozes da enunciadora que se coloca no texto na qualidade de servidora da Instituição que representa, deixando de lado seu papel social como chefe do setor, saindo em defesa da classe profissional a que pertence.

Esse posicionamento está bem presente no texto quando ela diz: **“Gostaríamos de ressaltar que todos nós sabemos** que os docentes são servidores públicos [...]”, **“O que precisamos lembrar é que somos**, também, além de servidores públicos, **todos humanos** e, portanto, suscetíveis a **ficarmos doentes**”. Esse trecho relata fatos que são amparados no mundo objetivo em que ela está inserida e faz parte do contexto de produção naquele momento. Esse trecho também apresenta marcas enunciativas de subjetividade mostrando que há engajamento por parte do enunciador no texto.

No texto ocorrem unidades linguísticas que identificam o discurso relato interativo no qual se manifesta a interação de um dos participantes, o enunciador, estabelecendo-se uma relação de implicação: **‘temos informar’, ‘todos nós’, ‘precisamos lembrar’, ‘estamos aqui’**. O pronome ‘nós’ usado pelo enunciador é apresentado de forma genérica, ele representa os participantes da comunidade discursiva em geral e não só os participantes diretos da interação.

Quanto aos mecanismos enunciativos, consideramos como as vozes predominantes no texto (docente e chefe do departamento), que apresentam o que é da responsabilidade enunciativa de cada um, por meio do uso de expressões como: **‘precisamos lembrar’, ‘nosso departamento’, ‘o que precisamos lembrar é que somos**,

também, além de **servidores públicos**, todos humanos e, portanto, suscetíveis a ficarmos doentes', '**conforme**', '**estamos aqui**', indicando o engajamento do autor no texto.

- **MEMO DLCV 043/2009**

Senhora Diretora,

O Departamento de Ciências das Religiões realizou, conforme documentos e anexo (Edital Reitor 41/2009 e Diário Oficial de 12 de junho de 2009 com publicação resultado do concurso), concurso público de provas e títulos para uma vaga de professor Assistente na área de Latim.

O DLCV solicita de V. Sa. as providências cabíveis no sentido de interpor recurso contra o referido concurso, com base nos argumentos que seguem:

O departamento, segundo Regimento do UFPB, é "a primeira instância de deliberação em matéria didático-científica e administrativa no âmbito de sua atuação" (cito Art. 11, seção II, do referido Regimento).

Há, nos departamentos, disciplinas que fazem parte da sua estrutura constituindo-os, delineando o seu perfil acadêmico, didático-científico, como é previsto nas competências apontadas para o Departamento no Regimento Geral, Art. 11, seção II: "aprovar os planos de ensino das disciplinas que o integram considerando as recomendações de seu ajustamento ao interesse dos cursos formuladas pelos respectivos Colegiados" (grifo nosso).

Supõe-se, senhora diretora, sem muito esforço interpretativo, que realmente disciplinas que integram um departamento, repetindo o que disse acima, que constituem sua estrutura, seu perfil acadêmico.

O DLCV é composto por três áreas teóricas: Linguística e Língua Portuguesa, Literaturas e Letras Clássicas. Faz parte da área de Letras Clássicas, dentre outras disciplinas de Latim, regularmente oferecida aos alunos da graduação em Letras, Filosofia e, desde o semestre passado, aos alunos da graduação em Letras e Habilitação em Línguas Clássicas.

O texto acima também inicia com a apresentação de um fato anteriormente realizado do interesse do DLCV: o concurso para a área de professor em Latim. Logo no primeiro parágrafo o autor inicia com um relato interativo, mas o discurso predominante é da ordem do expor, do segundo parágrafo até o fim, no qual o autor argumenta e passa a explicar ao seu interlocutor uma situação de ação de linguagem do interesse do DLCV.

O tipo de discurso inicial no texto é um relato interativo aparado em situações de ação de linguagem anteriormente ocorridas disjuntas da situação de produção atual quando se refere a um documento anexo, a saber: **"(Edital Reitor 41/2009 e Diário Oficial de 12 de junho de 2009 com publicação do concurso)"**.

O autor, em alguns momentos no texto faz uso do discurso direto, demonstrando impessoalidade/objetivação em sua ação, para embasar seu argumento da ação de linguagem no momento, fazendo uso de expressões com aspas, quando se refere ao que diz o Regimento da UFPB: **“a primeira instância de deliberação em matéria didático-científica e administrativa no âmbito de sua atuação. (cito Art. 11, seção II, do referido Regimento)”**. Utilizando-se do discurso direto, a autora explica, em dois parágrafos (no terceiro e no quarto) o que está no Regimento da UFPB e é relativo ao Departamento, com intuito de ‘voltar o olhar’ do interlocutor ao que é da competência do DLCV.

Também encontramos no texto, o uso do discurso interativo, apresentado no sétimo parágrafo, quando a autora faz uso de expressões como: **“Fique certo que estamos trabalhando neste sentido”** e **“Supõe-se, senhora diretora, sem muito esforço interpretativo, que realmente as disciplinas que integram um departamento, repetindo o que disse acima, que constitui sua estrutura, seu perfil acadêmico [...]”**, dirigindo-se ao interlocutor com intuito de chamar a atenção para o que está sendo feito pelo departamento em favor da causa em questão. Nestes trechos, observamos que, em todo momento, a autora, em seus argumentos, coloca-se em defesa do departamento do DLCV, mostrando, também, seu engajamento e posicionamento no texto.

No texto, o autor faz uso de elementos supratextuais de formatação e elementos de relevo⁹ (BRONCKART, 1999, p. 81), explícitos em expressões com uso de aspas para os discursos diretos, mostrando certo distanciamento dele no texto ou para citação de termos técnicos de alguma obra citada pela autora e, nas palavras em negrito com intuito de ‘guiar o olhar’ do interlocutor para o que é importante que ele conheça, como por exemplo, na expressão: “aprovar os planos de ensino das disciplinas que o integram, considerando as recomendações de seu ajustamento ao interesse dos cursos formulados pelos respectivos Colegiados” **(grifo nosso)**”.

O uso dos elementos supratextuais e de relevo sugere uma subjetividade, pois faz parte de uma escolha do enunciador daquilo que é importante se destacar no texto para chamar a atenção do interlocutor na interpretação no texto.

Identificamos o distanciamento do autor quando ele fala em nome do departamento, representando-o, em trechos como: **“O DLCV é composto por três áreas**

⁹ Segundo Bronckart (1999), os elementos supratextuais são procedimentos observados no processo de leitura da página (títulos, subtítulos, paragrafação) e de relevo (sublinhado, negrito, itálico etc.) que traduzem alguns aspectos dos procedimentos de planificação e/ou dos procedimentos enunciativos.

teóricas: [...]”, esse distanciamento é o que identifica a imparcialidade no texto exigida pela redação oficial.

Encontramos também a voz do autor empírico no texto, expressa em várias marcas subjetivas que se fazem presentes no texto, quando diz: “**sem muito esforço interpretativo**”, “repetindo o **que disse** acima”.

Há também o uso de expressões usadas pelo autor, tais como: “**segundo...**”, “**conforme...**” que identifica a voz dele no texto, com as quais distingue o que é de responsabilidade enunciativa dele e do autor da obra citada como um embasamento legal daquilo que é dito ao seu interlocutor.

No texto, encontramos a presença das modalizações lógicas que surge como avaliação do conteúdo temático através de conhecimentos organizados no mundo objetivo do autor sob o ponto de vista de suas condições de verdade, como fatos atestados, possíveis etc, encontrada em “**que realmente**” e, também, a modalização apreciativa no trecho: “Supõe-se, senhora diretora, **sem muito esforço interpretativo**”, esta, evidenciando no texto marca explícita de subjetividade. Além dessas duas modalizações, encontramos também a modalização pragmática quando o autor diz “**repetindo o que disse acima**”, com o qual ele remete a atenção do interlocutor a uma proposição do conteúdo temático tratado no texto.

Encontramos nesse enunciado o discurso teórico, no trecho: “[...], **Art. 1, e ainda secção II: ‘aprovar os planos de ensino das disciplinas que integram considerando as recomendações de seu ajustamento ao interesse dos cursos formuladas pelos respectivos Colegiados’ (grifo nosso)**”, uma vez que há ausência de marcas de referência aos participantes da interação, ao tempo e ao lugar da produção e estabelece uma relação de autonomia entre os conteúdos enunciados e a situação de produção.

- **MEMO DLCV 054/2009**

Senhor Pró-reitor,
Professor Valdir Barbosa Bezerra

Começamos nossa resposta lamentando que problemas como este tenham que passar pela vossa Pró-Reitoria quando poderiam, com toda certeza, serem resolvidos entre Coordenação e Chefia de Departamento.

Também lamentamos o fato da disciplina Português Instrumental estar causando problemas ao Curso de Biblioteconomia, como referido no memo da Coordenação do Curso.

O DLCV tem procurado cuidar com muita atenção dos problemas referentes às disciplinas que oferece. Uma pequena demonstração disto é a Prova de Proficiência em Língua Portuguesa e em Português Instrumental que estamos implantando em fase de teste, como é do conhecimento de Vossa Senhoria e, também, a reestruturação dos programas dessas duas disciplinas que começamos a discutir, tentando atender às especificidades dos cursos. Almejamos a excelência, mas trabalhamos com as limitações constitutivas de todo processo: nossas próprias limitações e as da instituição como um todo.

Na oferta de disciplinas, procuramos sempre atender às necessidades dos cursos na sua totalidade. Pode ser que isto não seja sempre possível, mas cuidamos para que nenhum aluno fique prejudicado. No caso do curso de Biblioteconomia, precisamos saber com precisão quantos alunos estão sem matrícula por falta de vagas, pois não nos consta nenhuma reclamação, até o presente processo, acerca desta questão.

Um outro ponto levantado no memo da Coordenação é o número de vagas por turma. A explicação é bem simples: implantamos turmas com um número alto de alunos para evitarmos o cancelamento de turmas após a aplicação da Prova de Proficiência. Concluído o processo da Proficiência (está sendo concluído esta semana), vamos rever o número de alunos por turma para, se for o caso, dividirmos as turmas que continuaram numerosas. Respeitaremos o número de no máximo 60 alunos por turma.

É preciso deixar claro que **em nenhum semestre** tivemos, efetivamente, em sala de aula, mais de 60 alunos.

O ideal (que todos almejamos, mas que nem sempre é possível) seria ter turmas de Instrumental para cada curso. Fique certo que estamos trabalhando neste sentido. Entretanto, ainda não é possível atender a este pedido no semestre em curso.

A falta de professores é mesmo crucial e se dá, neste momento, principalmente devido à demanda de Português Instrumental para os novos cursos (REÚNE) e para os cursos que estão modificando os seus currículos.

Quando um curso solicita Português Instrumental para ser implantada no seu currículo, prontamente atendemos ao pedido. Entretanto, tal prontidão nos deixou em uma situação delicada: tivemos uma expansão significativa de cursos e de pedidos para os novos currículos, mas não tivemos destes cursos nenhuma vaga oferecida ao DLCV.

Neste momento, procuramos lidar com esta situação da melhor forma possível, mas para isto também precisamos contar com a compreensão das coordenações de cursos no sentido de entenderem que estamos diante de uma situação muito delicada, tentando construir saídas viáveis para todos.

Não nos negamos, nunca, ao diálogo pois acreditamos nas soluções conjuntas.

Desta forma, ficamos à disposição de Vossa Senhoria para o que for necessário.

Respeitosamente,

A construção geral que organiza o conteúdo temático do texto é característica do mundo do Narrar implicado com operações de construções disjuntas das coordenadas do mundo ordinário das ações de linguagem do autor, pois mobiliza representações que se referem a fatos passados. Este MEMO do DLCV não é diferente dos outros, pois todos são respostas a MEMOS de outros setores e se inicia apoiando-se em um assunto do conhecimento dos participantes da ação de linguagem (locutor e interlocutor).

Verificamos que neste texto há presença do discurso interativo, no qual o autor se dirige ao interlocutor com intuito de chamar sua atenção para uma informação que é compartilhada entre os dois, usando expressões tipo: **“como é do conhecimento de V. Sa.”**, **“[...] com muita atenção”**, **“fique certo”**, **“O ideal (que todos almejamos, mas que nem sempre é possível)”**.

Já na primeira linha do primeiro parágrafo encontramos marca da subjetividade no enunciado **“Começamos nossa resposta lamentando** que problemas como este tenham que passar pela vossa Pró-Reitoria [...]”, **“Também lamentamos o fato** da disciplina Português Instrumental estar causando problemas ao Curso de Biblioteconomia, como referido no MEMO da Coordenação do Curso”. Além disso, as expressões **‘lamentando que’**, **‘também lamentamos’**, marcam a presença da modalização apreciativa indicando avaliação do conteúdo temático oriundo do mundo subjetivo do autor.

O posicionamento do autor em alguns trechos do texto oscila entre a representação da instância enunciativa e de si mesmo como chefe do Departamento, pois ora ele é inserido no discurso, demonstrado logo no início do texto, ou, ora fala em nome do DLCV, demonstrando imparcialidade no texto. Esses posicionamentos são encontrados nos enunciados, a saber: **“O DLCV tem procurado”**, **“Almejamos a excelência, mas trabalhamos com as limitações** constitutivas de todo processo: **nossas próprias limitações** e as da instituição como um todo”, **“Entretanto, tal prontidão nos deixou em uma situação delicada: [...].”** Portanto, encontramos o DLCV assumindo o estatuto de agente da ação e, também, a voz social do autor do texto como representante do setor e em defesa dele. Nesses trechos, por meio de enunciados que apresentam o posicionamento do autor no texto, há presença da modalização apreciativa.

Ainda que de forma implícita, o pronome de tratamento na primeira pessoa do plural ‘nós’ busca demonstrar o distanciamento daquele que se pronuncia no texto,

conforme exigido pela correspondência oficial para que se faça presente a imparcialidade e polidez no texto, porém, no texto, o uso desse pronome, demonstra imbricação da voz do autor do texto com o a voz de personagem.

A expressão “**em nenhum semestre**”, indica presença de elemento de relevo (negrito), destacando o enunciado para que o interlocutor interprete que, em momento algum, o DLCV deixou de cumprir sua obrigatoriedade quanto às disciplinas de Português Instrumental durante os semestres.

Em vários parágrafos do texto o autor faz uso de elementos que enfatizam o compromisso que o Departamento tem com a oferta da disciplina: “[...] **com muita atenção**”, “**fique certo que estamos trabalhando neste sentido**”, “[...] **prontamente atendemos ao pedido**”.

No trecho, “**O ideal (que todos almejamos, mas que nem sempre é possível)**”, presença da modalização apreciativa como avaliativa do conteúdo temático e procedente do mundo subjetivo da autora, como fonte do julgamento, proposição de sugestão daquilo que é melhor a ser feito entre ambos, enunciador e interlocutor, o que não é comum nesse tipo de texto o envolvimento do autor no que diz respeito a deixar marcas linguísticas, embora o uso dessas marcas seja pragmaticamente orientado.

Nos textos da correspondência oficial, o autor preza pela imparcialidade, o que torna mais difícil o uso da modalização que pressupõe a marca de subjetividade, julgamento do autor, porém, neste texto, se encontra evidente o ‘dissabor’ das instâncias enunciativas (o autor, chefe do departamento e o próprio Departamento de Letras) pelos assuntos expostos no documento respondido e, ao mesmo tempo, o autor já apresenta sua conclusão e solução proposta no texto.

No enunciado “não nos negamos, **nunca**, ao diálogo, pois acreditamos nas soluções conjuntas”, observamos que há presença do autor do texto, como marca de subjetividade, por meio do advérbio negativo indicando temporalidade (=em nenhum momento) ‘nunca’, mostra engajamento do autor no texto comprometendo-se com o que é dito ao interlocutor.

- **MEMO 20-2010 (CCJ)**

Magnífico Reitor,

O Conselho de Centro do CCI, em sua reunião ordinária ocorrida no dia 27 de janeiro do corrente ano, em razão do não recebimento de resposta ao MEMO 106/2009 remetido a Vossa Magnificência em 14 de dezembro de 2009, decidiu, por unanimidade, que o início das aulas previstas para o próximo ano letivo apenas ocorrerá com as tomadas das providências cabíveis quanto à segurança das instalações. No mais, o mesmo Conselho decidiu que, caso os problemas apontados não sejam sanados, deverá haver comunicação do fato por parte desta Direção às autoridades extra-universitárias competentes, especialmente **Ministério Público Federal e Corpo de Bombeiros** desta capital.

Com efeito, reitero a Vossa Magnificência a ocorrência de sucessivos problemas elétricos no prédio que resultaram, no final do ano passado, em um **curto-circuito seguido de incêndio** em um aparelho de ventilador situado em sala de aula. Naquela oportunidade, foi constatado que a **Prefeitura Universitária ainda não instalou os extintores de incêndio** adquiridos para o prédio. Por fim, há também a suspeita de que as mangueiras contra incêndio não apresentam pressão suficiente para serem utilizadas em ocorrência de incêndio.

Na certeza de que Vossa Magnificência compreenderá a gravidade do problema, solicitamos as providências indispensáveis à segurança da comunidade universitária.

Atenciosamente,

Neste texto, o autor se apropria do discurso da ordem do narrar-implicado, pois há evidência de relatos de assuntos verídicos do mundo objetivo do autor. Observamos que em todo o texto há presença do relato interativo como, por exemplo, no enunciado: “[...] **no final do ano passado [...]**”, “[...] **naquela oportunidade foi constatado [...]**”, no qual o autor narra fatos acontecidos no Centro, anteriores ao momento da produção, ou seja, o início do processo narrativo e seu eixo referencial temporal entretêm uma relação calculável com a duração do ato de produção. (BRONCKART, 1999, p. 297).

Assim como em MEMOS analisados anteriormente, encontramos oscilação quanto ao posicionamento do autor que, na maioria das vezes, posiciona-se como a instância enunciativa – o Conselho de Centro do CCJ – mantendo a imparcialidade e usando o pronome ‘nós’ da primeira pessoa do plural do verbo, e, em outro momento, como o diretor do Centro, utilizando-se da primeira pessoa do singular do verbo evidente no trecho: “Com efeito, **reitero** a Vossa Magnificência [...]” para dirigir-se ao interlocutor.

Com objetivo de provocar, por meio deste MEMO, uma resposta do interlocutor favorável ao seu posicionamento, o autor utiliza-se da modalização pragmática “**Com efeito**, reitero a Vossa Magnificência a ocorrência de sucessivos problemas elétricos no prédio que resultaram, [...]”, amparado no mundo objetivo em que está situado.

Observamos que o agente produtor faz uso do léxico “**Na certeza**”, como forma de causar efeito, influência, na decisão de resposta do interlocutor para que seja alcançado o seu favorecimento.

Assim como alguns textos do DLCV, esse texto apresenta elementos de relevo, utilizando o recurso negrito para destacar as palavras com intuito de guiar o olhar do interlocutor para o que é importante do ponto de vista do enunciador do texto, como por exemplo, em nomes de entidades externas do governo federal e órgãos representantes da segurança pública: “**Ministério Público Federal e Corpo de Bombeiro**” e setor da própria UFPB para indicar o não cumprimento de atribuição competente a este administrativo “**Prefeitura Universitária ainda não instalou os extintores de incêndio**”.

Este memorando apresenta um texto típico da correspondência oficial com elementos que indicam o não engajamento do autor do texto, mas a voz que se apresenta nele é da instância que o autor representa: o CCJ. Esta maneira de se expressar no texto ao alinha-se com o que é prescrito nos manuais de redação oficial, pois o autor apoia-se basicamente nas representações do mundo social e objetivo em que está inserido.

- **MEMO 49-2010 (CCJ)**

Magnífico Reitor,

Como é do seu conhecimento, o Núcleo de Prática Jurídica –NPJ, deste Centro de Ciências Jurídicas, terá sua implementação no Fórum Regional de Mangabeira, nesta Capital, com vista à integração e orientação das atividades de Prática Jurídica, considerando que o Prédio da UFPB, no centro da cidade se encontra ocupado com o funcionamento do Curso de Direito de Santa Rita, havendo o Departamento de Direito Processual e Prática Forense- DDPPF apresentado proposta alternativa ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, para Cessão de espaço físico, sem quaisquer ônus para a UFPB, necessário para a instalação do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, cujo instrumento já se encontra em tramitação, para sua assinatura.

Assim sendo, estamos remetendo para análise e providências **PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA**, a fim de que sejam viabilizadas as necessárias condições para sua implementação, com vistas ao seu efetivo e eficaz funcionamento.

Atenciosamente,

Com o uso da expressão “Como é do seu conhecimento [...]”, logo na introdução do texto verificamos que o autor pressupõe uma situação que leva o interlocutor a ter conhecimento prévio do assunto, ou seja, implicitamente, o agente produtor leva o interlocutor a, “de forma obrigatória”, saber do que trata o assunto em questão como forma de reforçar algo conversado anteriormente. O autor se utiliza do discurso da ordem do narrar autônomo, embora haja engajamento com fatos do mundo objetivo em que vive.

A modalização que encontramos neste texto é a **lógica**, organizada no mundo objetivo do agente produtor sob o ponto de vista de suas condições de verdade como fato atestado ao que é dito, apresentada no enunciado: “Assim sendo, **estamos remetendo para** análise e providências **PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA** e no mesmo enunciado encontramos a modalização pragmática “[...] a fim de que sejam viabilizadas” e a modalização apreciativa no trecho “com vistas ao seu **efetivo e eficaz** funcionamento”. Constata-se com o uso dos adjetivos

acima grifados, a presença da modalização apreciativa com fins pragmáticos, pois apresenta julgamento dado ao Projeto de Implementação do NPJ, embora dificilmente encontrado nesse tipo de texto do gênero da correspondência oficial.

Encontramos, neste MEMO e no MEMO anteriormente analisado, a escolha do fecho utilizado pelo autor para encerrar o texto e saudar o interlocutor, que para os princípios do uso de tratamento nas correspondências oficiais, seria considerado como inadequado, tendo em vista as regras de uso desses elementos proposto pelo Manual da Presidência da República (2002) que considera as questões hierárquicas entre os agentes comunicativos participantes no texto, no qual, a cada sujeito, dependendo de seu cargo ou função, há um termo a ser dirigido a ele para despedir-se no texto.

No processo interativo entre os participantes da ação comunicativa, o uso desses ‘fechos’, servem como cumprimento cordial de despedida para com o interlocutor, devendo ser observado o seu nível hierárquico e utilizar o termo que melhor se adequar à situação de ação de linguagem. Neste texto, o que, deveria ter sido usado era a palavra ‘cordialmente’ e não ‘respeitosamente’, respeitando a posição social do interlocutor.

Tendo em vista a posição hierárquica em que se enquadram os magistrados, possivelmente, a colocação do fecho ‘atenciosamente’ teria o intuito de se colocar, diante do interlocutor, em situação de igual posição social a ele. Percebemos que, esse tipo de tratamento, em todos os MEMOS coletados, só partiu do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Acreditamos que essa forma de tratamento utilizada por eles seja comum nesse domínio discursivo; já que os magistrados representam a instância maior de autoridade na sociedade civil, não é tão frequente que essa categoria se posicione enunciativamente em condição inferior na escala hierárquica. Em todo caso, essa simetria de tratamento contraria um pouco o que é exigido pela norma culta padrão dos documentos da correspondência oficial.

- **MEMO 212-2010 (CCS)**

Senhor Pró Reitor,

Solicitamos de V.S^a. o encaminhamento da solicitação de pedido de compra emergencial em anexo. O pedido emergencial se justifica pela proximidade do início do período letivo 2010 – 2 e em virtude da ocorrência de cancelamento no Sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF e do certificado de registro cadastral – CRC da empresa DINÂMICA ODONTO-HOSPITALAR LTDA. - CNPJ: 00.733.472/0001-53, fornecedor de vários itens no Pregão eletrônico 21/2009.

No texto encontramos a unidade dêitica temporal “O pedido emergencial se justifica pela proximidade do **início do período letivo 2010-2**”. Observamos que, neste texto, permeia o discurso interativo evidenciado por unidades que remetem à interação verbal como a presença de verbos na primeira pessoa plural (solicitamos) e presença do pronome de tratamento (Senhor Pró-Reitor) que remete ao interlocutor da ação conjunta.

Este texto é bem típico do gênero memorando. Ele é curto, objetivo e, o autor procura usar elementos que mostre sua imparcialidade no texto. Talvez por causa do conteúdo temático ou mesmo porque a pretensão do autor é seguir as normas exigidas pela redação dos textos das correspondências oficiais não desejando deixar marcas enunciativas.

Verificamos que o conteúdo temático do documento refere-se a algo que é emergencial e para isso poderia o autor usar de mais argumentos para alcançar seu interesse na comunicação. No texto encontramos a modalização pragmática com caráter apreciativo ao que se refere aos aspectos de responsabilidade do que é atribuído à Pró-Reitoria de Administração (PRA) em relação as suas capacidades de ações, intenções, razões.

O léxico “emergencial”, no enunciado, tem o caráter apreciativo, sendo uma avaliação do mundo subjetivo do autor com voz originária de julgamento conforme o seu ponto de vista para a situação em questão. Há também, a presença da modalização lógica que constitui o elemento do conteúdo temático através dos conhecimentos do mundo

objetivo sob o ponto de vista de fatos atestados, possíveis e também, apresentando um caráter pragmático por indicar razões atribuídas pela agente produtora.

- **MEMO 219-2010 (CCS)**

Senhor Prefeito,

Vimos pelo presente informar e ao mesmo tempo solicitar os bons préstimos de V. Senhoria no sentido de viabilizar junto aos Setores Competentes dessa Prefeitura Universitária **providências urgentes** para os sérios problemas na Biblioteca Setorial deste Centro e do Bloco José Regis que concentra atividades de diversos setores, entre os quais o NESC, DESP, Departamento de Nutrição. É oportuno lembrar que neste citado Bloco foi realizado um serviço no ano passado e os mesmos problemas surgiram, comprometendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos setores envolvidos, além dos danos materiais resultantes.

Quanto a Biblioteca os problemas mais importantes compreendem: fissuras no andar superior, drenagem de água por todas as janelas e porta principal e vazamento de água nas vigas entre sala principal e a sala administrativa.

Há de ressaltar que em uma das janelas do andar superior o vidro está solto com grande risco de queda e acidente a transeunte, visto que na situação de queda do vidro dar-se-ia na rampa de acesso a biblioteca.

Atenciosamente,

O autor se apropria do discurso da ordem do Expor e Narrar implicado, pois há evidência de relatos de assuntos do mundo objetivo em que vive e apoia-se basicamente nas representações do mundo social e objetivo em que está inserido. Percebemos, neste texto, a presença do discurso interativo e do relato interativo com caráter implicado do mundo discursivo criado na situação de linguagem.

O tratamento introdutório do documento analisado apresenta uma forma estratégica, na qual o autor utilizou como uma forma de tratamento polida para cumprimentar: “bons préstimos”, o interlocutor e, ao mesmo tempo, solicitar-lhe que atenda o seu pedido. Esse tipo de tratamento já não mais faz parte da escrita da correspondência oficial, tendo em vista o princípio da clareza e precisão dos textos oficiais (BRASIL, p. 83). Nesse texto,

Encontramos a presença da modalização pragmática com valor apreciativo, tendo em vista que atribui à Prefeitura Universitária responsabilidade quanto as suas capacidades de ações e intenções quando o autor diz: “**Vimos pelo** presente informar e ao mesmo tempo **solicitar os bons préstimos de V. Senhoria** no sentido de viabilizar junto aos Setores Competentes dessa Prefeitura **providências urgentes para os sérios problemas** na Biblioteca Setorial deste Centro e Bloco José Régis [...]”, sendo que, no mesmo enunciado, no último trecho, encontramos a presença da modalização lógica com valor apreciativo, uma vez que apresenta um fato atestado com caráter apreciativo. O autor se utiliza de uma expressão oriunda do mundo subjetivo, julgamento próprio, que, segundo ele avalia o que é urgente e pode causar sério problema no setor.

Há também presença de elementos de relevo (BRONCKART, 1999), utilizados para chamar a atenção do interlocutor quanto ao que deve receber mais atenção na leitura do texto, sendo que, no texto, o autor faz uso do recurso em negrito para destacar as palavras “**providências urgentes**”.

- **MEMO 08-2010 (Reitor)**

À Direção do Centro de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas (CCHSA)

Assunto: Autorização para concurso docente – Reuni 2011.

Cumprimentando-o, venho autorizar essa direção de Centro a providenciar a abertura de concurso público para provimento de vagas Reuni 2011. Do total de 71 (setenta e uma) vagas disponíveis de docentes em regime de Dedicação Exclusiva, para provimento em 2011, o CCHSA disporá de 06 (seis) vagas.

Informo também que os concursos deverão ser realizados, impreterivelmente, até agosto de 2010, para que as nomeações possam se efetivar a partir de janeiro de 2011, de modo a atender a demanda dos alunos do período 2011.1. Caso o Centro opte por aproveitamento de concursos anteriores, deve excluir de sua proposta as respectivas vagas a serem utilizadas nos aproveitamentos.

Desse modo, solicito que sejam encaminhadas, até o dia 05 (cinco) de abril de 2010, para a chefia de Gabinete, informações sobre o(s) concurso(s) aqui autorizados, para Professor de 3º Grau, a ser(em) realizado(s) no Centro dirigido por Vossa Senhoria, nos termos do anexo deste memorando, as quais subsidiarão o Edital Único de Abertura de Inscrições.

O mundo discursivo predominante neste MEMO é da ordem Expor implicado, no qual o mundo objetivo e o mundo social têm mais evidência na representação discursiva. Isso fica evidenciado pela recorrência do verbo na 1ª. pessoa do singular (venho, informo, solicito), pelos dêiticos temporais (janeiro de 2011, abril de 2010) e pela presença de anáforas nominais (O CCHSA, o Centro).

Inicialmente, neste documento, encontramos uma forma de cumprimento típica dos gêneros formulaicos (“cumprimentando-os,...”), mas, logo em seguida, os verbos que indicam ação apresentam o pedido e objetivo do autor quanto ao assunto que interessa ser tratado no documento.

Esse estilo de escrita é muito comum nos gêneros da correspondência oficial, pois ao mesmo tempo em que usa uma frase de efeito, chamando a atenção do interlocutor para a saudação, logo em seguida é apresentado a ele o desejo e interesse do enunciador.

Em todo o texto quando o autor se dirige ao interlocutor para fazer-lhe um pedido, conceder-lhe uma autorização, fazer-lhe uma solicitação, dar-lhe uma informação etc., ele se posiciona no texto, utilizando a primeira pessoa do singular, o que dá a entender que ele, o autor, faz uso do seu papel social na situação hierárquica em que se encontra para que o pedido, em tempo, seja atendido, demonstrando, assim, uma situação evidente de assimetria entre os dois. Essa maneira de se colocar no texto faz com que o autor apresente engajamento no texto e não se preocupe em distanciar-se, embora esse tipo de documento exija a imparcialidade como forma de clareza e objetividade.

Dessa forma, no texto, são apresentadas marcas enunciativas de subjetividade apresentando o comprometimento do autor quanto à ação comunicativa que deseja provocar no interlocutor. Dessa forma, o enunciador assume o papel social como Reitor da IFES demonstrando sua autoridade máxima representante da Instituição. Essas marcas de subjetividade estão evidentes no uso do verbo no presente (implicitamente percebemos o uso do pronome pessoal com a primeira pessoa do verbo no singular ‘eu’): “[...] **venho autorizar** essa direção de Centro a providenciar [...]”, “**Informo** também [...]”, “Desse modo, **solicito que** sejam encaminhadas [...]”.

No texto, observamos que o adjetivo “impreterivelmente” em: “[...] **ser realizados, impreterivelmente**, até agosto de 2010 [...]”, apresenta ao interlocutor o que é indispensável e que não pode deixar de ser feito até a data proposta. Esse advérbio é usado pelo autor do texto com intuito de causar um efeito comunicativo de obrigatoriedade no interlocutor.

As modalizações mais frequentes que encontramos no texto foram as pragmáticas e deônticas, sendo a primeira evidenciada no trecho: “Desse modo, **solicito que** sejam encaminhadas, até o dia 05 (cinco) de abril de 2010, para a chefia de Gabinete, informações sobre o(s) concurso(s) aqui autorizados, para Professor de 3º. Grau, a ser(em) realizados(s) no **Centro dirigido por Vossa Senhoria, nos termos** do anexo deste memorando, as quais subsidiarão o Edital Único de Abertura de Inscrições.”, no qual explicitam aspectos da responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático (o CCHSA) em relação de que é o agente, atribuindo-lhe a capacidade de ação.

E a segunda encontra-se no trecho: “Informo também que os concursos **deverão ser** realizados, impreterivelmente, até agosto de 2010, [...]”, consistindo em algumas avaliações do conteúdo temático, apoiada nos valores, e nas regras constitutivas do mundo social, apresentando elementos como sendo da obrigação social.

- **MEMO 14-2010 (REITORIA)**

Como é do conhecimento de V.Sa., estudo feito pela Coordenação do REUNI quantificou os efeitos da oferta de disciplinas entre os Centros, para cursos desse Programa. A partir daí, projetou-se a necessidade adicional de professores para atender as atividades acadêmicas correspondentes, não contempladas inicialmente.

Para sanar essa carência, com base nos resultados conseguidos à luz dos argumentos e fundamentos do nosso Projeto REUNI junto ao MEC, estou autorizando a abertura de concurso público para preenchimento de três vagas docentes para os seguintes Departamentos desse Centro:

DEPARTAMENTO	PROFESSORES NECESSÁRIOS
Direito Público	2
Direito Privado	1
TOTAL	3

Entretanto, como o Departamento de Direito Público teve antecipada a contratação da professora Melissa Gusmão, deverá proceder abertura de concurso para apenas 1 (uma) vaga. Informo-lhe, por oportuno, que a abertura dos concursos deverá ocorrer, impreterivelmente, até **20 de agosto do corrente ano**.

Encontramos no texto a predominância do discurso interativo evidenciado por meio das formas verbais no presente e futuro, as quais fazem com que o conteúdo temático seja concomitante ao momento da produção do texto. Também a forma pronominal da pessoa do verbo no singular apresenta implicação do autor na interação da ação de linguagem.

Neste documento, assim como o documento anteriormente analisado do mesmo autor, foi encaminhado ao CCJ no qual o conteúdo temático envolve concursos docentes 2010. Assim como o documento anterior, o autor apresenta marcas enunciativas do seu posicionamento como Reitor da IFES, utilizando a primeira pessoa do singular do verbo quando deseja dirigir-se ao interlocutor: “[...] **estou autorizando** a abertura do concurso [...]” e “**Informo-lhe**, por oportuno, que a abertura de concurso deverá ocorrer

[...]”. Ele se apresenta como representante da instituição, assumindo o papel social que lhe cabe como Reitor, mas apresenta total engajamento no texto por meio do uso dos verbos.

Encontramos no texto a modalização deôntica e pragmática avaliando elementos do conteúdo temático, apoiada em valores constitutivos do mundo social, apresentando os elementos como sendo do domínio da obrigação social, no trecho: “[...] **deverá proceder** abertura de concurso para apenas 1 (uma) vaga”, “[...] que a abertura do concurso **deverá ocorrer**, [...]”. O discurso interativo implicado é evidenciado pela presença de unidades que remetem ao espaço ou ao tempo da interação; a saber: “**a partir daí [...]**”, “**20 de agosto do corrente ano**”. Mas há também a presença do relato interativo, no primeiro parágrafo, evidenciada por meio das formas verbais no passado (**estudo feito, quantificou, projetou-se**), associadas ao referente nominal que instaura a relação de implicação: V. Sra.

No texto encontramos presença de duas vozes, sendo uma do autor do texto e outra a voz de personagem representada pela Coordenação do REUNI e da instituição reguladora dos concursos nas IFES, o MEC, no qual ele dividir as responsabilidades enunciativas com esses órgãos quando se expressa por meio das palavras: “**Estudo feito** pela Coordenação do REUNI [...]”, “**com base** nos resultados [...] junto ao MEC”.

- **MEMO 22-2010 (Chefia do Gabinete Reitor)**

De ordem do Magnífico reitor da UFPB, professor Rômulo Soares Polari, e em atenção ao Memorando nº 024/2010/CCAEE, de 03 de fevereiro de 2010, venho esclarecer que o projeto de expansão com interiorização, que deu origem ao *Campus* do Litoral Norte, bem como do projeto Reuni, ambos aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), não prevêem Funções Gratificadas (FGs) para chefias departamentais, somente para coordenações de cursos.

Embora no projeto original a UFPB tenha sido proposto a extensão dessas FGs para os departamentos, tal indicação não foi assegurada pelo MEC. Trata-se de uma política definida no âmbito nacional envolvendo todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No caso da UFPB, além dos departamentos do CCAEE, não lograram FGs os novos departamentos originados do projeto Reuni, a exemplo do departamento de Psicopedagogia e Ciências das Religiões, do Centro de Educação; Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, do Centro de Ciências da Saúde; Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Engenharia Química, do Centro de Tecnologia; Ciências Veterinária e Ciências Biológicas, do Centro de Ciências Agrárias; Departamento de Mídias Digitais, do Centro de Ciências Humanas. Letras e Artes, entre outros.

Outrossim, e considerando que a Portaria MEC nº 94, de 29 de janeiro de 2010 redistribuiu 09 (nove) FGs-1 para esta Universidade, a administração superior da UFPB, ouvida a Direção do CCAEE, procedeu consulta à coordenadoria geral de gestão de pessoal das IFES, órgão de assessoramento do MEC, sobre o melhor uso dessas gratificação. A resposta obtida reafirmou a política do Ministério de conceder gratificações apenas às coordenações de cursos, devendo, nos próximos dias, ser publicada nova Portaria revendo o quantitativo das Funções Gratificadas para o *campus* do Litoral Norte.

Atenciosamente

Encontramos, logo no início do texto, a presença do discurso interativo a partir da justificativa do Chefe de Gabinete, autor do texto, quanto a sua situação social na ação de linguagem como representante do Reitor no momento de produção do texto: “**De ordem** do Magnífico reitor da UFPB, Rômulo Soares Polari [...]”. A partir dessa justificativa, o autor, assume o papel social que lhe é atribuído como representante do Reitor. Também podemos observar que, no texto, evidência do relato interativo “

Tanto no texto assinado pelo Reitor como neste, assinado pelo Chefe de Gabinete, percebe-se que eles se utilizam da primeira pessoa do verbo para dirigir-se ao seu interlocutor. Sendo assim, podemos entender isso como um estilo de escrita dos textos elaborados pelo Gabinete do Reitor ou mesmo marca enunciativa que representa a autoridade ‘máxima’ representante da UFPB. Textos que apresentam esse tipo de marca revelam que isso se deve à representação da autoridade máxima de uma instância enunciadora ou da indicação de relação de pessoalidade entre os agentes participantes do texto.

Neste texto, localizamos a presença da modalização pragmática ao evidenciar aspectos da ação, razões e da responsabilidade atribuída ao Gabinete do Reitor pelo que é dito construído no mundo objetivo do autor da ação.

Percebemos a presença da voz social do governo federal que rege as IFES no enunciado que diz “Trata-se de **uma política definida no âmbito nacional** envolvendo todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)”, como instância externa de avaliação de aspectos do conteúdo temático no texto.

Encontramos também a modalização lógica, quando o autor julga elementos do conteúdo temático baseando-se em conhecimentos definidos pelo mundo objetivo, real, assim como, a presença da modalização apreciativa em que o autor faz julgamento apoiado no mundo subjetivo em que está inserido.

Aqui encerramos a análise dos textos dos memorandos, lembrando que não exploramos os elementos linguísticos em sua totalidade, conforme proposto pela teoria bronckartiana, uma vez que aqui neste trabalho deixamos claro que daríamos ênfase às modalizações nos textos. Nos memorandos analisados encontramos a presença das quatro modalizações (deôntica, apreciativa, pragmática e lógica) apresentadas por Bronckart (1999), ainda que nesse tipo de documento presuma-se que o texto apresente mais marcas linguísticas com as funções das modalizações lógicas e pragmáticas que as deônticas ou

apreciativas, tendo em vista a característica de cada uma delas em relação ao que é exigido quanto à imparcialidade a esse tipo de texto.

O uso das modalizações juntamente com a representação dos mundos discursivos permitem na textualização do gênero, a evidenciação da presença do autor e/ou das instâncias enunciativas, uma vez que, para Bronckart (2008, p. 91) esse conceito pode ser entendido como “formatos organizadores das relações entre as coordenadas da ação de um actante e as coordenadas do mundo coletivamente construídos na textualidade”.

Tabela 2 - Ocorrência das modalizações nos memorandos

<i>Modalização</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Percentual (%)</i>
<i>Pragmática</i>	23	36
<i>Apreciativa</i>	06	10
<i>Lógica</i>	21	32
<i>Deôntica</i>	16	22
Total:	66	100

É comum nos textos da correspondência oficial, se buscar a imparcialidade na escrita, mas ainda que se deseje isso por parte do produtor, em algumas vezes, por mais que se preze pela imparcialidade no texto, não se consegue por completo, uma vez que para a elaboração dele, é necessário que o produtor mobilize vários fatores (físicos, internos, relacionais) que interferem no texto. Garcez (1988, p. 66) afirma que

O conhecimento da situação material de uma ação de linguagem e do tipo de interação social em curso, articulado ao conhecimento e às representações de mundo mobilizadas pelo agente produtor do texto, constitui um conjunto de parâmetros de decisão sobre o tipo de discurso a ser utilizados.

O texto possui alta capacidade de mexer com a nossa sensibilidade, e dificilmente o interlocutor conseguirá ficar “imune” aos seus efeitos, às suas intenções, às suas razões quando escrito de forma a alcançar sua ação comunicativa. Com os textos “oficiais” não é diferente. Eles são permeados por um discurso próprio completamente envolvido de uma ação comunicativa voltada ao que é pragmático e o traço de interação entre o agente produtor e seu interlocutor depreende-se em uma escrita que busca um terreno sólido para as construções formais comuns a esses textos. As modalizações utilizadas na organização do texto explicitam que esse estilo (uso e escolha) de escrita

específica nem sempre é assim. Por trás da formalidade, do uso de modelos, há um sentido a ser dado no texto pelo enunciador ao seu interlocutor.

4. CONSIDERA FINAL

Este trabalho procurou analisar o gênero memorando com intuito de se verificarem as marcas de subjetividade e vozes nos textos a partir das categorias de análise do ISD referentes ao folhado textual, observando esses mecanismos enunciativos (vozes e modalizações) no texto. Nosso objetivo foi identificar quais elementos linguístico-discursivos no memorando evidenciavam essas marcas de subjetividade nos documentos.

Levando em consideração o que diz o Manual de Redação da Presidência da República (2002, p. 05), quanto à impessoalidade nos textos, entende-se que

[...] não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade que a elabora.

E, segundo sua proposta quanto aos textos oficiais, ocorre que

[...] por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do *padrão culto* da língua [...]. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiossincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Sabemos que há situações em que um autor se depara com a escrita, e fica frente a situações, necessidades e objetivos e ele precisa se fazer entender pelo outro a partir do texto, agindo como produtores que conhecem as características e uso do gênero a ser escrito. Segundo Garcez (2004), “para o agente produtor, é ideal que ele tenha experiências relativas ao mundo e à linguagem e que perceba que não há roteiros prontos para que se tenha uma boa escrita”.

Foi partindo de exigências contidas no principal objeto de consulta por autores de textos dessa categoria, o manual de textos da redação técnica, que procuramos responder ao que acreditávamos não ser tão possível assim, a imparcialidade nos textos.

A hipótese da nossa pesquisa era que o memorando, por ser um gênero da redação oficial com um estilo que preza pela impessoalidade, poderia não sofrer grande influência do agente produtor, o que comprometeria a imparcialidade e função comunicativa que o autor pretendia alcançar.

Nessa perspectiva, procuramos focar as modalizações e presença de vozes nos textos dos memorandos. Nos documentos que foram coletados nos centros observamos que, ainda que aspectos formais, burocráticos, utilização de manuais e a convenção, fruto da vivência constante com o gênero, se imponham, os documentos, em sua maioria, apresentaram presença de subjetividade.

Respondendo a uma de nossa questão de pesquisa, vimos que nem sempre o uso de manuais de redação ajuda na padronização¹⁰ do gênero, pois em cada um dos centros analisados pudemos verificar variedades de estruturas dos documentos e até mesmo a pretensa objetividade. No entanto, tendo em vista os aspectos sociosubjetivos (BRONCKART, 1999) do contexto de produção, o autor não ficou isento de colocar no texto as marcas de subjetividade, por mais que desejasse a imparcialidade. As escolhas linguístico-discursivas puderam evidenciar a presença do autor no texto, apesar da padronização característica a esse documento. Temos como exemplo dessa situação de linguagem, os memorandos do CCS que apresentam textos breves, padronizados conforme a exigência do Manual da Presidência e bastante objetivos, mas, ainda assim, analisados à luz do ISD, encontramos marcas que evidenciavam a presença do autor.

Já nos memorandos do DLCV, encontramos textos reflexivos, com bastante personalidade e presença de todas as modalizações. Em alguns momentos, o autor buscava distanciar-se no texto, mas em outros sofria interferência das representações sobre os elementos das intenções comunicativas do autor, evidenciando o papel social assumido por ele. Há um forte engajamento do autor na maior parte dos memorandos analisados.

Os memorandos do CCJ demonstraram objetividade e presença das modalizações lógicas e pragmáticas. Assim como alguns MEMOS do DLCV, são apresentadas influências dos parâmetros sociosubjetivos no que se refere ao papel social

¹⁰ A padronização, segundo o Manual de Redação da Presidência (2002, p. 4), seria a ausência de impressões pessoais, impessoalidade no texto da redação oficial, o que envolve a uniformidade do documento por parte dos setores de uma instituição, seja ela pública ou privada.

representado pelo autor do texto, principalmente, em um dos memorandos que é dirigido ao Reitor da UFPB. Neste memorando, o autor se dirige ao Reitor de forma pessoal, o que não é ideal na escrita de documentos da redação oficial.

Os documentos do CCS foram os únicos, de todos os centros onde coletamos material para nossa pesquisa, em que a escrita dos documentos chegou mais perto do que se pede nos textos da redação oficial. Neste Centro, os documentos foram escritos de forma muito objetiva e os documentos eram padronizados.

No Gabinete do Reitor, os memorandos apresentaram as modalizações deôntica e pragmática. Em documentos da comunicação oficial, a presença da modalização deôntica não é tão comum, sendo mais previsível a presença das modalizações lógicas e pragmáticas. Encontramos marcas de subjetividade a partir do tratamento do autor, dirigindo-se ao seu interlocutor quando se tem a prescrição de uma ordem. Todos os documentos do Gabinete do Reitor evidenciaram a presença de subjetividade na forma como se direcionava ao seu interlocutor, utilizando-se de verbos e pronomes na 1ª. pessoa do plural.

Essa diversidade na materialização do texto dos memorandos da UFPB já era de se esperar, pois, *a priori*, escolhemos vários Centros no intuito de verificar até que ponto se dá a imparcialidade nos textos da comunicação oficial nesses diferentes espaços discursivos, a partir de cada Centro. O que encontramos nos memorandos quanto a esta questão foi de alguma forma, o envolvimento de cada um dos autores nos textos por causa da mobilização de ações de situações de linguagem alicerçadas nas representações dos mundos formais de cada um deles.

Acreditamos que este trabalho pôde contribuir para uma melhor compreensão do processo de elaboração e constituição desses documentos técnicos da comunicação oficial.

Embora nossa análise não tenha sido relacionada às práticas pedagógicas em sala de aula, acreditamos que esse estudo contribui para reforçar a necessidade de os professores voltarem mais o olhar para o ensino da redação dos textos técnicos em cursos que contemplam esses gêneros da comunicação oficial.

Ao final deste trabalho, acreditamos que as reflexões aqui apresentadas se encaminham para novos desdobramentos sobre as discussões acerca da presença de marcas de subjetividade nesses documentos. O que esperamos mesmo é que se compreenda que para cada gênero há exigências específicas, e que é importante estarmos atentos para os

parâmetros do contexto físico, e, sobretudo, ao contexto sociossubjetivo em que o autor está inserido, para que se possa entender o contexto de produção e o nível de ação de linguagem que dá origem ao texto, tendo em vista o efeito de sentido que o enunciador quer produzir no interlocutor.

Para escrever qualquer gênero textual, é preciso que o autor conheça as suas características e saiba em que meio social ou comunidade discursiva o gênero circula; quais as convenções ou regras de uso que esta comunidade estabelece; suas características formais ou linguísticas; o papel dos agentes nas ações sociais nos quais o gênero circula; em que meio físico ele é veiculado e quais os propósitos comunicativos que podem ser alcançados a partir desse gênero.

É necessário entender que os textos dos documentos da comunicação oficial não se limitam apenas a fórmulas prontas para a confecção, mas é por meio do contínuo aprendizado do autor inserido na situação de produção do texto que ele vai adquirir conhecimento, vivendo, experimentando e aprendendo a cada dia a construir um texto com competência escrita, alcançando o propósito comunicativo desejado.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Estética da Criação Verbal*. 5ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* - 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALTAR, M. **Competência discursiva e gêneros textuais**: uma experiência com o jornal de sala de aula. 2ª. Ed., rev., Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

BANNELL, R. I. *Habermas & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica 2006. (Pensadores & educação)

BAZERMAN, C. *Gêneros, agência e escrita*. HOFFNAGEL, J. C. & DIONÍSIO, A. P. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. HOFFNAGEL, J. C. & DIONÍSIO, A. P. (Orgs.). Tradução e adaptação: Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Escrita, gênero e interação social*. HOFFNAGEL, J. C. & DIONÍSIO, A. P. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2007.

BEZERRA, B. G., BIASE-RODRIGUES, B. e CAVALCANTE, M. M. (Orgs.) *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009.

BRASIL. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sócio-discursivo. 2ª. edição, São Paulo: Educ, 1999.

_____. Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. MACHADO, A. R. & MATÊNCIO, M. de L. M. [et all] (orgs.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006 – (Série Idéias sobre Linguagem).

_____. (1946) **O agir nos discursos**: das concepções às concepções de trabalhadores. Tradução: Ana Rachel Machado, Maria de Lourde Meirelles Matêncio. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008 – (Série Idéias sobre Linguagem).

ESTRELA, S. da C. As Modalizações em Sentenças Judiciais: a ação de linguagem na representação dos mundos formais. João Pessoa: PROLING/UFPB. Dissertação de mestrado (2010).

FERREIRA, N. V. C. **O Texto Oficial**: Aspectos Gerais e Interpretações. Publicado nos Anais do 4ª. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – SIGET. Tubarão, Santa Catarina (2007).

Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/index1.htm>>

GARCEZ, L. H. do C. **A escrita e o outro**: os modos de participação na construção do texto. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1998.

_____. **Técnica de Redação**: o que é preciso saber para bem escrever. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. – (Ferramentas)

GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R. & COUTINHO, A. (orgs). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. (Coleção Idéias sobre Linguagem).

GONÇALVES, M. A. S. (1999). **Teoria da ação comunicativa de Habermas**: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. In: *Educação & Sociedade* nº 66, São Paulo.

HABERMAS, J. (1983). Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. & HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. Traduções de José Lino Grünnewald et. al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).

HERNANDES, S. & MEDEIROS, J. B. Manual da Secretária. São Paulo: Atlas. 2004.

KLEIMAN, A (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KOCH, I. V. **A interação pela linguagem**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MACHADO, A. R. An experience in advice for teaching and materials preparation for the teaching of writing at a university. DELTA, São Paulo, v. 16, n. 1, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

MANFREDI, S. M. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCHUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEDEIROS, J. B. **Correspondência**: técnica de comunicação criativa. São Paulo: Atlas, 2008.

MEURER, J. L., BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D., (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Língua[gem]; 14).

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a fundação das ciências da assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

OLIVEIRA, M. do S. & KLEIMAN, A. P. (Orgs.). Letramentos múltiplos: agentes, práticas, representações. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

PEREIRA, R. C. M. (Org.). **Ações de linguagem**: da formação continuada à sala de aula. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

PEREIRA, R. C. M. & ROCA, M. del P. (orgs.). Linguística Aplicada. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, R. C. (2005). **GENÉROS TEXTUAIS E LETRAMENTO**: Uma Abordagem Sociointeracionista da Produção Escrita de Crianças de 1ª. e 2ª. Series. Recife: UFPE. Tese de Doutorado.

_____. **O social na linguagem**: uma heurística ou simples redundância? In: Letra Viva. Universidade Federal da Paraíba. v. 7, n. 1 (2005) – João Pessoa: Idéia, 2006. Anual.

POSSENTI, S. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Texto e Linguagem).

RAMIRES, V. Gêneros textuais e produção de resumos na universidade. Recife: EDUFRPE, 2008.

Revista CULT. (ISSN 1414707-6). Ano 12. No. 136. Editora Bregantini. Reportagem Especial. www.revistacult.com.br

Revista Língua Portuguesa. Ano II nº 22, 2007. Editora: Segmento. Artigo: Os penetras do burocratês. Páginas 38/40.

ROCA, M. del P. Língua e linguagem em sala de aula. In: Letra Viva. Universidade Federal da Paraíba. v. 9, n. 1 (2005) – João Pessoa: Idéia, 2008. Anual.

RODRIGUES, M. M. Manual de modelos de cartas comerciais. São Paulo: Atlas, 2005.

ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SABINO, Rosimeri Ferraz & ROCHA, Fábio Gomes. **Secretariado**: do escriba ao webwriter. Rio de Janeiro: Bradsport, 2004.

SCHNEUWLY, B; DOLZ J, Gêneros orais e escritos na escola. Tradução e organização Roxane Rojo e Galís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, J. M. de. A Subjetividade linguística marcada em Pareceres Técnicos e Jurídicos. João Pessoa. UFPB. Tese de Doutorado.

SILVEIRA, M. I. M. Estratégias de produção de textos formais e informais em língua portuguesa. In: Formação de professores de língua portuguesa: novas experiências. ARAÚJO, G. M. L. & LUNA, M. J. de M. (Orgs.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

_____. (2002). **Estudo Sócio-Retórico do Ofício** - Gênero Textual da Correspondência Oficial e Empresarial. Recife: UFPE. Tese de Doutorado.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. (Série idéias sobre linguagem).

SOARES, M. Letramento em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica 1998.

SOUZA, E. G. Gêneros textuais e prática docente na educação profissional. In: Ensino de línguas: concepções & praticas universitárias. MOURA, V., DAMIANOVIC, M. C. & LEAL, V. (orgs.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____. **Dissertação**: gênero ou tipo textual?. In: **Tecendo textos, construindo experiências**. Dionísio, A. P. & BEZERRA, N. da S., (orgs.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

TRINDADE, J. E. M. **Desburocratização Linguística**: Um estudo de caso no Tribunal e Justiça de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicada. Trabalho Acadêmico. Recife, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. COLE, M. et all (Orgs.); Tradução: José Cipolla Neto (et all). São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1986-1934].

_____. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. Pensamento e Linguagem. Tradução de Jéferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1934/1993.

WITTIGENSTEIN, L. **“Investigações Filosóficas”**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1989 – (Os Pensadores).

ANEXOS

- **MEMO 025/CG**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
GABINETE DO REITOR



E-mail: gabinete@reitoria.ufpb.br
<http://www.ufpb.br>
Fone: (83) 3216-7150
Fax : (83) 3225-1901

Memorando nº 025/CG

Em 9 de abril de 2010.

Ao Senhor Pró-Reitor de Administração
Assunto: Suprimento de fundos

Solicito a Vossa Senhoria – **caráter de urgência urgentíssima** – providências necessárias à concessão de suprimento de fundo, com recursos deste Gabinete, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em nome do servidor técnico-administrativo motorista, matrícula Siape nº , com a finalidade custear despesa com combustíveis, em viagem realizada por veículo da UFPB – dirigido pelo servidor em referência – à cidade Porto Seguro-BA, no propósito de conduzir estudantes do Curso de Pedagogia, os quais participarão do *Congresso Internacional da Costa da Descoberta*: políticas públicas e práticas educativas.

Informamos que a viagem de ida ocorrerá no **próximo dia 13**, com retorno programado para 18 do corrente.

Atenciosamente,



Endereço: Edifício da Reitoria, 1º andar- Cidade Universitária CEP: 58051-900-João Pessoa-PB

- **MEMO Circular 001-2009 (DLCV)**

Caro(a)s colegas,

Conforme informado na nossa última reunião do DLCV (dia 08 de junho), todos nós, professores e funcionários, precisamos preencher e assinar o formulário em anexo para ser devolvido à SRH até o dia 29 deste mês de junho. O formulário deve ser preenchido e devolvido à Chefia do DLCV. Aqueles que não quiserem preencher o formulário devem solicitar à Chefia um outro formulário de Declaração de Bens e Valores. Lembramos que um dos dois formulários TEM que ser preenchido. A obrigatoriedade deve-se, segundo memo-circular da SRH, de 04 de junho do corrente, às determinações contidas no Decreto número 5.483, de 30 de junho de 2005, publicado no D.O.U. de 01 de julho de 2005, na Portaria Interministerial MP/CGU número 298, de 06 de setembro de 2007 e em reiteradas orientações da Controladoria Geral da União na Paraíba.

Ainda segundo o referido memo-circular, da SRH, a não apresentação de um dos formulários poderá ensejar a aplicação do Art. 5 do Decreto número 5.483/2005.

Impreterivelmente no dia 30 deste mês estaremos devolvendo os formulários à SRH, portanto solicitamos a atenção de todo(a)s no sentido de preencherem e devolverem os formulários, como dito acima, até o dia 29 do corrente mês.

- **MEMO DLCV 024/2009**

Sr. Coordenador do Curso,
Professor

Em resposta ao Memo 122/09 - CCA/CCSA/UFPB, através do qual V. Sa. solicita providências no sentido de que as aulas do curso de Português Instrumental, do período 2009.1, do Curso de Administração, sejam regularizadas, já que, conforme o mesmo memo, houve apenas duas aulas da disciplina em questão, temos a informar que a professora responsável pela disciplina, _____, deu entrada, no último dia 29 de maio, em licença para tratamento de saúde por um período de 01 mês. Diante disto, o departamento está providenciando a substituição da professora nas disciplinas sob sua responsabilidade.

Gostaríamos ainda de ressaltar que todos nós sabemos que os docentes são servidores públicos, ou seja, não necessitamos que isto nos seja dito através de Memo pela Coordenação do Curso de Administração. O que precisamos lembrar é que somos, também, além de servidores públicos, todos humanos e, portanto, suscetíveis a ficarmos doentes. Além disso, estamos aqui para tentarmos solucionar sempre da melhor forma possível os problemas que envolvam o nosso departamento, através do diálogo cordial com os nossos pares.

Atenciosamente,

- **MEMO DLCV 043/2009**

Senhora Diretora,

O Departamento de Ciências das Religiões realizou, conforme documentos em anexo (Edital Reitor 41/2009 e Diário Oficial de 12 de junho de 2009 com publicação do resultado do concurso), concurso público de provas e títulos para uma vaga de professor Assistente na área de Latim.

O DLCV solicita de V. Sa. as providências cabíveis no sentido de interpor recurso contra o referido concurso, com base nos argumentos que seguem:

O departamento, segundo Regimento do UFPB, é "a primeira instância de deliberação em matéria didático-científica e administrativa no âmbito de sua atuação" (cito Art. 11, seção II, do referido Regimento).

Há, nos departamentos, disciplinas que fazem parte da sua estrutura constituindo-os, delineando o seu perfil acadêmico, didático-científico, como é previsto nas competências apontadas para o Departamento no Regimento Geral, Art. 11, seção II: "aprovar os planos de ensino das disciplinas que o integram considerando as recomendações de seu ajustamento ao interesse dos cursos formuladas pelos respectivos Colegiados" (grifo nosso).

Supõe-se, senhora diretora, sem muito esforço interpretativo, que realmente as disciplinas que integram um departamento, repetindo o que disse acima, que constituem sua estrutura, seu perfil acadêmico.

O DLCV é composto por três áreas teóricas: Lingüística e Língua Portuguesa, Literaturas e Letras Clássicas. Faz parte da área de Letras Clássicas, dentre outras, a disciplina de Latim, regularmente oferecida aos alunos da graduação em Letras, Filosofia e, desde o semestre passado, aos alunos da graduação em Letras e Habilitação em Línguas Clássicas.

- **MEMO DLCV 054/2009**

Senhor Pró-reitor,
Professor Valdir Barbosa Bezerra

Começamos nossa resposta lamentando que problemas como este tenham que passar pela vossa Pró-Reitoria quando poderiam, com toda certeza, serem resolvidos entre Coordenação e Chefia de Departamento.

Também lamentamos o fato da disciplina Português Instrumental estar causando problemas ao Curso de Biblioteconomia, como referido no memo da Coordenação do Curso.

O DLCV tem procurado cuidar com muita atenção dos problemas referentes às disciplinas que oferece. Uma pequena demonstração disto é a Prova de Proficiência em Língua Portuguesa e em Português Instrumental que estamos implantando em fase de teste, como é do conhecimento de Vossa Senhoria e, também, a reestruturação dos programas dessas duas disciplinas que começamos a discutir, tentando atender às especificidades dos cursos. Almejamos a excelência, mas trabalhamos com as limitações constitutivas de todo processo: nossas próprias limitações e as da instituição como um todo.

Na oferta de disciplinas, procuramos sempre atender às necessidades dos cursos na sua totalidade. Pode ser que isto não seja sempre possível, mas cuidamos para que nenhum aluno fique prejudicado. No caso do curso de Biblioteconomia, precisamos saber com precisão quantos alunos estão sem matrícula por falta de vagas, pois não nos consta nenhuma reclamação, até o presente processo, acerca desta questão.

Um outro ponto levantado no memo da Coordenação é o número de vagas por turma. A explicação é bem simples: implantamos turmas com um número alto de alunos para evitarmos o cancelamento de turmas após a aplicação da Prova de Proficiência. Concluído o processo da Proficiência (está sendo concluído esta semana), vamos rever o número de alunos por turma para, se for o caso, dividirmos as turmas que continuaram numerosas. Respeitaremos o número de no máximo 60 alunos por turma.

É preciso deixar claro que **em nenhum semestre** tivemos, efetivamente, em sala de aula, mais de 60 alunos.

O ideal (que todos almejamos, mas que nem sempre é possível) seria ter turmas de Instrumental para cada curso. Fique certo que estamos trabalhando neste sentido. Entretanto, ainda não é possível atender a este pedido no semestre em curso.

A falta de professores é mesmo crucial e se dá, neste momento, principalmente devido à demanda de Português Instrumental para os novos cursos (REUNE) e para os cursos que estão modificando os seus currículos.

Quando um curso solicita Português Instrumental para ser implantada no seu currículo, prontamente atendemos ao pedido. Entretanto, tal prontidão nos deixou em uma situação delicada: tivemos uma expansão significativa de cursos e de pedidos para os novos currículos, mas não tivemos destes cursos nenhuma vaga oferecida ao DLCV.

Neste momento, procuramos lidar com esta situação da melhor forma possível, mas para isto também precisamos contar com a compreensão das coordenações de cursos no sentido de entenderem que estamos diante de uma situação muito delicada, tentando construir saídas viáveis para todos.

Não nos negamos, nunca, ao diálogo pois acreditamos nas soluções conjuntas.

Desta forma, ficamos à disposição de Vossa Senhoria para o que for necessário.

Respeitosamente,

- **MEMO 20-2010 (CCJ)**

Magnífico Reitor,

O Conselho de Centro do CCI, em sua reunião ordinária ocorrida no dia 27 de janeiro do corrente ano, em razão do não recebimento de resposta ao MEMO 106/2009 remetido a Vossa Magnificência em 14 de dezembro de 2009, decidiu, por unanimidade, que o início das aulas previstas para o próximo ano letivo apenas ocorrerá com as tomadas das providências cabíveis quanto à segurança das instalações. No mais, o mesmo Conselho decidiu que, caso os problemas apontados não sejam sanados, deverá haver comunicação do fato por parte desta Direção às autoridades extra-universitárias competentes, especialmente **Ministério Público Federal e Corpo de Bombeiros** desta capital.

Com efeito, reitero a Vossa Magnificência a ocorrência de sucessivos problemas elétricos no prédio que resultaram, no final do ano passado, em um **curto-circuito seguido de incêndio** em um aparelho de ventilador situado em sala de aula. Naquela oportunidade, foi constatado que a **Prefeitura Universitária ainda não instalou os extintores de incêndio** adquiridos para o prédio. Por fim, há também a suspeita de que as mangueiras contra incêndio não apresentam pressão suficiente para serem utilizadas em ocorrência de incêndio.

Na certeza de que Vossa Magnificência compreenderá a gravidade do problema, solicitamos as providências indispensáveis à segurança da comunidade universitária.

Atenciosamente,

- **MEMO 49-2010 (CCJ)**

Magnífico Reitor,

Como é do seu conhecimento, o Núcleo de Prática Jurídica –NPJ, deste Centro de Ciências Jurídicas, terá sua Implementação no Fórum Regional de Mangabeira, nesta Capital, com vista à integração e orientação das atividades de Prática Jurídica, considerando que o Prédio da UFPB, no centro da cidade se encontra ocupado com o funcionamento do Curso de Direito de Santa Rita, havendo o Departamento de Direito Processual e Prática Forense- DDPPF apresentado proposta alternativa ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, para Cessão de espaço físico, sem quaisquer ônus para a **UFPB**, necessário para a instalação do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, cujo instrumento já se encontra em tramitação, para sua assinatura.

Assim sendo, estamos remetendo para análise e providências **PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA**, a fim de que sejam viabilizadas as necessárias condições para sua implementação, com vistas ao seu efetivo e eficaz funcionamento.

Atenciosamente,

- **MEMO 212-2010 (CCS)**

Senhor Pró Reitor,

Solicitamos de V.S^a. o encaminhamento da solicitação de pedido de compra emergencial em anexo. O pedido emergencial se justifica pela proximidade do início do período letivo 2010 – 2 e em virtude da ocorrência de cancelamento no Sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF e do certificado de registro cadastral – CRC da empresa DINÂMICA ODONTO-HOSPITALAR LTDA. - CNPJ: 00.733.472/0001-53, fornecedor de vários itens no Pregão eletrônico 21/2009.

- **MEMO 219-2010 (CCS)**

Senhor Prefeito,

Vimos pelo presente informar e ao mesmo tempo solicitar os bons préstimos de V. Senhoria no sentido de viabilizar junto aos Setores Competentes dessa Prefeitura Universitária **providências urgentes** para os sérios problemas na Biblioteca Setorial deste Centro e do Bloco José Regis que concentra atividades de diversos setores, entre os quais o NESC, DESP, Departamento de Nutrição. É oportuno lembrar que neste citado Bloco foi realizado um serviço no ano passado e os mesmos problemas surgiram, comprometendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos setores envolvidos, além dos danos materiais resultantes.

Quanto a Biblioteca os problemas mais importantes compreendem: fissuras no andar superior, drenagem de água por todas as janelas e porta principal e vazamento de água nas vigas entre sala principal e a sala administrativa.

Há de ressaltar que em uma das janelas do andar superior o vidro está solto com grande risco de queda e acidente a transeunte, visto que na situação de queda do vidro dar-se-ia na rampa de acesso a biblioteca.

Atenciosamente,

- **MEMO 08-2010 (Reitor)**

À Direção do Centro de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas (CCHSA)
Assunto: Autorização para concurso docente – Reuni 2011.

Cumprimentando-o, venho autorizar essa direção de Centro a providenciar a abertura de concurso público para provimento de vagas Reuni 2011. Do total de 71 (setenta e uma) vagas disponíveis de docentes em regime de Dedicação Exclusiva, para provimento em 2011, o CCHSA disporá de 06 (seis) vagas.

Informo também que os concursos deverão ser realizados, impreterivelmente, até agosto de 2010, para que as nomeações possam se efetivar a partir de janeiro de 2011, de modo a atender a demanda dos alunos do período 2011.1. Caso o Centro opte por aproveitamento de concursos anteriores, deve excluir de sua proposta as respectivas vagas a serem utilizadas nos aproveitamentos.

Desse modo, solicito que sejam encaminhadas, até o dia 05 (cinco) de abril de 2010, para a chefia de Gabinete, informações sobre o(s) concurso(s) aqui autorizados, para Professor de 3º Grau, a ser(em) realizado(s) no Centro dirigido por Vossa Senhoria, nos termos do anexo deste memorando, as quais subsidiarão o Edital Único de Abertura de Inscrições.

- **MEMO 14-2010 (REITORIA)**

Como é do conhecimento de V.Sa., estudo feito pela Coordenação do REUNI quantificou os efeitos da oferta de disciplinas entre os Centros, para cursos desse Programa. A partir daí, projetou-se a necessidade adicional de professores para atender as atividades acadêmicas correspondentes, não contempladas inicialmente.

Para sanar essa carência, com base nos resultados conseguidos à luz dos argumentos e fundamentos do nosso Projeto REUNI junto ao MEC, estou autorizando a abertura de concurso público para preenchimento de três vagas docentes para os seguintes Departamentos desse Centro:

DEPARTAMENTO	PROFESSORES NECESSÁRIOS
Direito Público	2
Direito Privado	1
TOTAL	3

Entretanto, como o Departamento de Direito Público teve antecipada a contratação da professora Melissa Gusmão, deverá proceder abertura de concurso para apenas 1 (uma) vaga. Informo-lhe, por oportuno, que a abertura dos concursos deverá ocorrer, impreterivelmente, até **20 de agosto do corrente ano**.

- **MEMO 22-2010 (Chefia do Gabinete Reitor)**

De ordem do Magnífico reitor da UFPB, professor Rômulo Soares Polari, e em atenção ao Memorando nº 024/2010/CCAIE, de 03 de fevereiro de 2010, venho esclarecer que o projeto de expansão com interiorização, que deu origem ao *Campus* do Litoral Norte, bem como do projeto Reuni, ambos aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), não prevêem Funções Gratificadas (FGs) para chefias departamentais, somente para coordenações de cursos.

Embora no projeto original a UFPB tenha sido proposto a extensão dessas FGs para os departamentos, tal indicação não foi assegurada pelo MEC. Trata-se de uma política definida no âmbito nacional envolvendo todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No caso da UFPB, além dos departamentos do CCAIE, não lograram FGs os novos departamentos originados do projeto Reuni, a exemplo do departamento de Psicopedagogia e Ciências das Religiões, do Centro de Educação; Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, do Centro de Ciências da Saúde; Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Engenharia Química, do Centro de Tecnologia; Ciências Veterinária e Ciências Biológicas, do Centro de Ciências Agrárias; Departamento de Mídias Digitais, do Centro de Ciências Humanas. Letras e Artes, entre outros.

Outrossim, e considerando que a Portaria MEC nº 94, de 29 de janeiro de 2010 redistribuiu 09 (nove) FGs-1 para esta Universidade, a administração superior da UFPB, ouvida a Direção do CCAIE, procedeu consulta à coordenadoria geral de gestão de pessoal das IFES, órgão de assessoramento do MEC, sobre o melhor uso dessas gratificação. A resposta obtida reafirmou a política do Ministério de conceder gratificações apenas às coordenações de cursos, devendo, nos próximos dias, ser publicada nova Portaria revendo o quantitativo das Funções Gratificadas para o *campus* do Litoral Norte.

Atenciosamente